

Relatório Final

XXX REUNIÃO ORDINÁRIA DE PONTOS FOCALIS DE COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP

Lisboa, 23 e 26 de Fevereiro de 2015

Introdução

Realizou-se nos dias 23, 24, 25 e 26 de fevereiro de 2015, a XXX Reunião Ordinária de Pontos Focais de Cooperação da CPLP (RPFC) em Lisboa.

Em conformidade com o procedimento acordado pela XXII RPFC, o presente Relatório será circulado para aprovação eletrónica pelos Pontos Focais de Cooperação.

Constituição da Mesa

A mesa de abertura foi integrada pelos seguintes elementos:

- Lídia Martins, Ponto Focal de Cooperação de Timor Leste para a CPLP e Agências da ONU (Coordenadora);
- Georgina de Mello, Diretora Geral do Secretariado Executivo da CPLP (DG);
- Manuel Clarote Lapão, Diretor da Cooperação (DC) do Secretariado Executivo da CPLP (SECPLP).

Estiveram presentes na Reunião os Pontos Focais de Cooperação (PFC) do Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste e representantes das Missões Diplomáticas Junto da CPLP de Angola e Guiné-Bissau, à exceção da Guiné Equatorial. A lista de participantes consta do Anexo I.

1. Sessão de Abertura

A Representante de Timor-Leste e Coordenadora da Reunião abriu a sessão, apresentando os seus cumprimentos e agradecendo a todos pela presença na XXX Reunião de Pontos Focais de Cooperação. Agradeceu ainda a disponibilidade de todos para participarem numa reunião de 4 dias e ao Secretariado Executivo pelo acolhimento da Reunião na Sede. Em seguida passou a palavra à Diretora Geral da CPLP.

A DG iniciou a sua intervenção dando as boas-vindas e dizendo estar toda a equipa do Secretariado Executivo à disposição dos Pontos Focais para apoiar os trabalhos da Reunião. Acrescentou que esta Reunião iria contribuir para a construção de uma Comunidade mais

forte e mais sólida. Aplaudiu, ainda, a iniciativa inovadora de estender a Reunião por 4 dias, dando espaço à reflexão sobre o futuro da Cooperação na CPLP.

Tomando a palavra, o DC deu as boas-vindas e começou por sistematizar a evolução do Pilar da Cooperação, reforçando a sua importância crescente no panorama da ação da CPLP e da sua visibilidade. Disse que a XXX RPFC acontecia num momento de particular importância e podia contribuir de forma inequívoca para a definição de matérias de futuro da Comunidade.

De seguida, resumiu os principais desafios do Pilar da Cooperação, nomeadamente:

- A definição de um novo Plano Indicativo de Cooperação (PIC), dependente da definição de uma visão estratégica para o período pós-2015;
- A multiplicação das áreas setoriais de trabalho ao longo dos anos. Os setores da Segurança Alimentar, Saúde, Energia e Direitos Humanos têm-se consolidado e surgem mais recentemente sectores estratégicos para o futuro, como o Turismo, Mares e Oceanos, Juventude e Desportos e Sociedade Civil;
- Necessidade de um seguimento mais aprofundado das áreas temáticas e de maior monitorização das ações no terreno;
- Necessidade de fortalecer a capacidade de resposta da Direção de Cooperação (DIRCOOP), através do reforço dos Recursos Humanos e Financeiros que garantam a implementação de um maior número de projetos de carácter plurianual e seu seguimento mais próximo;
- Necessidade de melhorar o diálogo dos Pontos Focais de Cooperação com o Comité de Concertação Permanente (CCP) e com as Reuniões Ministeriais setoriais.

Acrescentou também que a execução técnica e financeira dos projetos e ações pontuais é superior a 90%, sendo este um sinal claro do valor que é atribuído à coordenação por parte do SECPLP. O valor da execução atual era superior a 12 milhões de euros, estando ainda aprovados e em curso, um conjunto de projetos que iriam contribuir para aumentar expressivamente este montante.

2. Aprovação da Agenda

A Ponto Focal de Cooperação (PFC) do Brasil sugeriu que se acrescentasse um Ponto de Informação ao nº 11 da Agenda, referente a uma oficina sobre a implementação do Tratado de Marraquexe, que poderá ser participada por representantes dos Estados membros da CPLP.

O DC sugeriu a inclusão de dois novos subpontos ao ponto de Agenda nº10. Apresentação de Propostas de Atividades”:

- IV Bienal para aprendizagem da Matemática, Língua Portuguesa e tecnologias para os países da CPLP, a realizar-se na Província do Bengo, Angola;
- Centro Internacional de Investigação Climática e Aplicações para a CPLP e África (CIICLAA)

Propôs ainda a inclusão de três subpontos no ponto de Agenda “11. Pontos de Informação”:

- Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia Civil dos PALOP: conclusões e recomendações
- Campanha conjunta CPLP-OIT sobre o Trabalho Infantil
- Ponto de situação do Projeto RIPES - Rede de Instituições Públicas de Educação Superior para a Cooperação na CPLP

3. Planos Estratégicos de Cooperação Sectorial da CPLP

O DC começou por fazer uma contextualização histórica das deliberações da RPFC, lembrando a aprovação da Visão Estratégica Pós-Bissau pela XIV Reunião de Conselho de Ministros em 2009, e o evidente reforço dos instrumentos de coordenação que foi feita deste então. Recordou que a aposta pela elaboração de planos estratégicos sectoriais e a promoção da dinâmica multilateral, através da redefinição do regulamento do Fundo Especial, foram metodologias utilizadas para garantir uma maior eficácia, dinâmica e coordenação das atividades implementadas. O esforço prosseguido desde 2009 resultou num claro aumento do número de planos estratégicos sectoriais mas cujos resultados nem sempre descem do plano político.

Assim, acrescentou que os planos definidos até ao momento seguem uma lógica de não repetição e procuram identificar o que está implementado em cada EM, a nível bilateral ou multilateral, por forma a encontrar um nicho de trabalho para a CPLP que complemente o trabalho, sem competir com outras agências ou parceiros de desenvolvimentos. Estes planos estratégicos têm apostado claramente na capacitação de recursos humanos, que se consubstancia no reforço da capacidade técnica das estruturas nacionais. No entanto, alertou para a necessidade de se elaborarem Planos de Ação que fossem facilmente operacionalizáveis.

Destacou, ainda, o primeiro Plano Estratégico da CPLP, o Plano Estratégico de Cooperação para a Saúde (PECS), cuja implementação foi apoiada financeiramente por Brasil, Portugal, Cabo Verde, Banco Mundial e Comissão Europeia, e que vem sendo referido internacionalmente como um referencial de boas práticas. O DC chamou ainda a atenção para o facto do sistema de triunviratos relativo à constituição dos Secretariados Técnicos Permanentes (StP), não estarem a produzir os resultados desejados. Estes grupos não têm um

carácter profissional, são criados de forma não sistemática e os seus representantes não lhes têm dedicado a atenção desejada.

Finalmente, referiu a necessidade de ser encontrado um consenso relativamente ao posicionamento da Comunidade sobre a agenda pós-2015 e o posicionamento da Cooperação. Este debate vem sendo tido há mais de 2 anos mas o consenso ainda não fora alcançado, embora tivessem sido identificadas áreas comuns.

A DG alertou para o facto de ser comum a aprovação de projetos para implementação de planos estratégicos em reuniões setoriais que têm uma ligação discutível com a RPFC. Estando as Reuniões Ministeriais Setoriais a aumentar visivelmente, deverá ser feito um esforço para que haja uma crescente interligação entre os dois órgãos da CPLP.

A PFC de Portugal reforçou a necessidade de ser encontrado um mecanismo que permita a adequação à realidade de aumento de reuniões setoriais. Importa rever o modelo de coordenação e concertação entre os vários órgãos, sendo que a RPFC deverá ser o órgão da CPLP responsável por esta coordenação. Caso se abdique desta capacidade, a RPFC fica reduzida a um órgão de gestão do Fundo Especial (FE). Portugal é favorável a que, mesmo havendo reuniões informais de PF das áreas setoriais, os projetos aprovados tenham obrigatoriamente o aval dos PFC, como forma de não se desvirtuar a capacidade interventiva deste órgão. Acrescentou que a proliferação de órgãos de decisão dificulta a coordenação, prejudica a imagem da CPLP e compromete a coerência das ações implementadas.

A PFC de Moçambique tomou a palavra e disse que em Moçambique já se fazia um exercício de coordenação há dois anos, sendo este participado pelos representantes setoriais. Esta prática tem dado bons resultados e deve ser mantida. Referiu a falta de articulação entre os órgãos da CPLP e a necessidade de se reforçar a capacidade do SECPLP e dos PFC nacionais, de forma a facilitar a coordenação nacional. Relevou ainda que a grande visibilidade que a CPLP tem em Moçambique se deve ao trabalho sectorial, havendo, por isso, cada vez mais setores a querer congregarem-se à volta da CPLP. Os projetos multilaterais de cooperação não projetam a CPLP da mesma forma, pelo que será necessário encontrar a melhor forma de garantir o seu acompanhamento. Isto apenas será possível através da aplicação de mais recursos humanos e financeiros, quer a nível do SECPLP quer a nível nacional. Por fim, questionou a DG sobre a existência de um mecanismo de coordenação interna do Secretariado Executivo.

A DG concordou com a PFC de Moçambique e indicou que a coordenação entre as duas Direções do SECPLP é um ato do dia-a-dia do trabalho no SECPLP. Exemplificou dizendo que o Fundo Especial não é apenas gerido pela DIRCOOP, sendo um exemplo disso o Programa CPLP Audiovisual, gerido pela Direção de Ação Cultural e da Língua. Assim, a RPFC deverá ser vista não como uma reunião da DIRCOOP mas como uma reunião da CPLP. Questionou

ainda os países quanto à coordenação das agendas: como é feita, quem representa o país em reuniões sectoriais e quem o representa em sede de RPFC? Referiu que há projetos que são levados diretamente às Reuniões Ministeriais (citando o caso da Rede de Museus, levada a aprovação à Reunião de Ministros da Cultura) e outros que são definidos em sede de CCP. Sugeriu, que, sendo a CPLP uma instituição em crescimento, seria importante manter esta flexibilidade na abordagem setorial mas assegurar, ao mesmo tempo a coordenação.

A PFC de Portugal referiu que o Camões - IC, enquanto representante na RPFC, emite um parecer prévio para os projetos sectoriais e que os mesmos mecanismos são seguidos, mesmo em projetos de outras direções.

O DC indicou que os 2 anos de execução do formato de coordenação existente foram avaliados positivamente. Mantém-se, no entanto, as dificuldades no relacionamento com os Secretariados técnicos permanentes (StP) das Reuniões Ministeriais.

A PFC do Brasil recordou que na reunião do Conselho de Ministros de 2009 (Cabo Verde) havia ficado decidido que seria dada prioridade à elaboração de planos setoriais e que estes seriam refletidos no PIC. Ou seja, havia o entendimento de que as Reuniões de Ministros estariam na base da definição de programas estratégicos, ficando a aprovação dos projetos de operacionalização desses programas do lado da RPFC. Deu exemplos desta dinâmica: Projeto de Direitos Humanos de pessoas com Deficiência, Recursos Hídricos, etc. Considerou que o problema poderia ser da existência de lacunas nos mecanismos de coordenação, uma vez que, estatutariamente, é também da competência das Reuniões Ministeriais a aprovação de ações de cooperação.

A PFC de Portugal concordou e disse que o SECPLP deverá refletir sobre a melhor forma de resolver esta questão, para se evitar uma aparente sobreposição que poderá ter como consequência o esvaziamento do poder de decisão da RPFC.

A PFC de Timor-Leste sublinhou a importância do envolvimento dos Pontos Focais setoriais nos mecanismos de coordenação nacionais e comunitários, conforme é feito com outras agências internacionais multilaterais, como a ONU.

O DC referiu que existirá sempre uma limitação do mandato do SECPLP para dar respostas a estas questões mas indicou que, à semelhança do que foi feito anteriormente, existe a possibilidade de se criar um Grupo de Trabalho composto por peritos jurídicos para discutirem e reverem os estatutos. Notou, porém, que os processos de revisão estatutária são tipicamente morosos.

A Representante de Angola partilhou da preocupação com a coordenação sectorial e alertou para o facto de uma revisão estatutária estar dependente da nova visão estratégica, cuja

elaboração se encontra em curso. Lembrou ainda a relutância de Angola e de outros Estados Membros à alusão a um novo pilar da CPLP, não previsto nos Estatutos, denominado como 4º pilar, “o pilar da Cooperação Económica”, por esta área estar incluída no Pilar da Cooperação e seguida pela DIRCOOP.

A PFC de Cabo Verde concordou com a necessidade de melhorar a coordenação entre os sectores, indicando que a coordenação interna deveria ser de âmbito mais alargado e que estas reuniões se deviam realizar pelo menos uma vez por ano.

O DC considerou que o grau de autonomia que os estatutos conferem às Reuniões ministeriais setoriais lhes outorga um grau de independência que só pode ser colmatado por reuniões e mecanismos de contacto entre a RPFC e essas reuniões ministeriais. Depois, recordou a existência de um recurso guardado no Fundo Especial para uma reunião no âmbito do pilar cooperação, propondo que o mesmo fosse utilizado para convocar uma reunião entre os PFC e os pontos focais setoriais com o objetivo de debater formas e modalidades para melhorar a coordenação e comunicação entre setores.

DELIBERAÇÃO N° 1

- O SECPLP convocará uma reunião conjunta entre os Pontos Focais Setoriais e os Pontos Focais de Cooperação, utilizando recursos identificados no Fundo Especial para esse efeito. Para esse efeito o SECPLP circulará um documento aos PFC contendo o orçamento previsto para a reunião.

4. Reforço do Pilar Cooperação

O DC confirmou que o conteúdo deste ponto havia sido já apresentado e debatido nas discussões do ponto anterior e sugeriu que se avançasse na agenda.

5. Apresentação das posições nacionais sobre a Agenda pós-2015

A Coordenadora começou lembrando que na cimeira de Maputo tinha sido identificada a necessidade de reforço da posição de cada EM relativamente à Agenda pós-2015. Na reunião de Díli foi constituído um Grupo de Trabalho para levar esta agenda por diante mas que poucos EM corresponderam efetivamente.

A PFC de Portugal tomou a palavra, dizendo que a Agenda Pós-2015 é uma matéria importante no trabalho futuro dos países individualmente e da Comunidade como um todo e que deve reforçar prioridades partilhadas por todos. A nível Internacional, Portugal tem tido uma colaboração ativa nos Grupos de Trabalho da Comissão Europeia e das Nações Unidas que visam a definição desta Agenda. A nível nacional, foi trabalhado com todos os setores um

documento de posição nacional, que conta com o envolvimento tanto dos Ministérios como da Sociedade Civil, de forma a estimular políticas pro-desenvolvimento com impacto transversal. Este documento foi aprovado pelo Conselho de Ministros em Setembro de 2014 e tem como prioridades (1) o reforço do trabalho de promoção dos Direitos Humanos, (2) o Género e as formas de violência contra as mulheres e (3) as desigualdades económicas e sociais. As prioridades temáticas da Agenda são a Saúde e a Educação, a Boa Governança, o Ambiente (Oceanos e Alterações Climáticas) e o Reforço da Cooperação Económica. Neste documento são propostos passos importantes ao nível da metodologia, nomeadamente a promoção da análise qualitativa do impacto nos sectores tradicionais e da maior participação do setor privado. Finalmente realçou que a elaboração do documento foi feita através de uma consulta pública, que envolveu autarquias e organizações da sociedade civil, e que se procurou que o documento fosse partilhado por todos os que dele participaram. Terminou referindo que a CPLP é vista com muito interesse pela comunidade internacional, por ser composta por países com contextos regionais muito distintos. Referiu Portugal ao partilhar o documento, pretendia apenas que este fosse apenas um contributo para a discussão.

A PFC de Timor-Leste confirmou também o seu envolvimento nas discussões internacionais sobre o tema, nomeadamente a participação na Assembleia Geral da ONU, na Conferência *Small Islands Development States* e em reuniões com a Representação Regional da ONU. Timor-Leste considera que os 17 objetivos traçados pela Comunidade Internacional não respondem às necessidades de todos os países membros da ONU e que devem ser revistos de acordo com as necessidades de cada país, uma vez que não é possível avaliar da mesma forma 3 grupos diferentes de países: Desenvolvidos, em Desenvolvimento e Emergentes.

A PFC do Brasil partilhou com os restantes PF informações gerais sobre a posição brasileira em relação à Agenda Pós-2015, que corresponde a todo o conjunto de programas, ações e diretrizes que vão orientar os trabalhos das Nações Unidas e de seus países-membros em direção ao desenvolvimento sustentável, após 2015. A ser construída sobre a experiência internacional com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) cuja vigência se encerra em 2015, a nova Agenda de Desenvolvimento tem como desafio estruturar, de forma simultânea e equilibrada, os esforços globais em prol da erradicação da pobreza e da integração efetiva das dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável. Disponibilizou ainda, um documento sobre a posição Brasileira, que contou com o contributo de todos os Ministérios setoriais e com consultas à Sociedade Civil. Referiu que o Governo Brasileiro, em colaboração com o Centro Rio +, procedeu à tradução do documento resultante do Grupo de Trabalho Aberto da ONU, ambos os documentos encontram-se disponíveis no sítio eletrónico do Itamaraty. Indicou que existe um grupo de trabalho nacional que está a refletir sobre a questão dos indicadores, através de um mecanismo de coordenação intersectorial. Concluiu considerando que compete a este Fórum de discussão (RPFC) apenas a partilha de documentos nacionais, sendo a eventual adoção de uma posição conjunta da CPLP da competência dos órgãos políticos mandatados para o efeito.

A Representante de Angola referiu que o seu Governo elaborou um Plano de médio prazo, denominado Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017, que define prioridades como o combate à pobreza, saúde, redução da mortalidade materno-infantil, entre outros, e faz referência clara ao reforço de projetos e parcerias com outras organizações, nomeadamente CEAC, SADC, Agências da ONU e CPLP.

O DC reafirmou que a DIRCOOP não tinha uma posição sobre a Agenda Pós-2015 e que não tem sido chamada a participar nas discussões, pelo que iria beber da posição que viesse a ser oficializada pelos EM.

A PFC de Moçambique confirmou a sua sensibilidade relativamente ao processo de definição da Agenda pós-2015 e ao acompanhamento das dinâmicas internacionais. Considerou positivo que os 17 objetivos propostos fossem baseados na inclusão, observando que isso conferia legitimidade ao documento. Adiantou também que o documento político da CPLP deveria ser suficientemente visionário e basear-se primeiramente na capacitação científica e tecnológica dos recursos humanos, na globalização e no comércio tradicional. Acrescentou que a União Africana tinha já uma posição comum, avançada durante o ano passado, que assentava em 6 pilares concretos: i) transformação económica estrutural e crescimento inclusivo; ii) ciência, tecnologia e inovação; iii) desenvolvimento centrado nas pessoas; iv) sustentabilidade ambiental, gestão dos recursos naturais e gestão do risco de desastre; v) Paz e Segurança e vi) Finanças e parcerias. Considerou ainda que será importante definir indicadores globais facilmente mensuráveis e considerarem-se casos de sucesso individuais, e destacou a importância do envolvimento do sector privado e sociedade civil.

6. Grupo de Trabalho para elaboração do novo PIC

O DC afirmou que a DIRCOOP tem tentado trabalhar num novo PIC, através de várias reuniões e comunicações não logrando atingir ainda resultados concretos. Notou que o único EM que enviou contributos para este novo PIC fora Portugal.

A PFC de Portugal disse que o PIC poderia ser um instrumento potenciador do trabalho conjunto e um mecanismo de apoio à coordenação dos PFC. Seria importante consensualizar uma lista de prioridades, que se baseasse na visão estratégica da CPLP pós-2015 e que garantisse o reforço do Pilar da Cooperação.

A PFC do Brasil lembrou o documento estratégico de 2012 e revisto em 2013, que lançou a discussão sobre o futuro e prioridades de ação do pilar cooperação da CPLP. Disse ainda que, mesmo que o documento que saísse dos 2 dias de trabalho não fosse definitivo, este pudesse

servir de proposta de reflexão base sobre o futuro da CPLP. O PFC de Moçambique e Timor-Leste concordaram com a sugestão do PFC do Brasil.

O Representante da Guiné-Bissau também concordou com a proposta e acrescentou que, apesar da Guiné-Bissau ter saído apenas há 6 meses de uma situação atípica, o seu Primeiro Ministro estava a envidar esforços para relançar a cooperação com posições concertadas entre vários atores.

O DC prosseguiu com a apresentação do documento do PIC 2012-2016 e questionou se se deveria avançar com a revisão do documento ou fazer circular uma proposta concreta entre os PFC.

A PFC de Portugal considerou que, mais importante do que definir alterações ao documento, seria previamente definir o tipo de estratégia a ser seguida pela CPLP, tendo apelado para a pertinência de deliberar sobre estas matérias em contexto de RPFC.

A PFC do Brasil considerou que é necessário trabalhar mais a fundo com os Pontos Focais Setoriais e que deveria ser elaborado um documento que servisse para subsidiar o documento da Visão Estratégica da CPLP. Este documento deveria ser estratégico, e não apenas programático, pelo que não deveria chamar-se PIC mas identificar as áreas que respondessem aos anseios de todos os EM, sendo posteriormente retroalimentado pelas conclusões do GT em curso.

A PFC de Timor-Leste concordou com o trabalho conjunto com os Pontos Focais setoriais e afirmou que a Cooperação deveria ser estendida a outros sectores.

A Representante de Angola afirmou que o PIC precisava de ser repensado e enriquecido, e que as áreas já definidas ao nível da Nova Visão Estratégica poderiam alimentar a discussão sobre o mesmo.

O DC afirmou que, ainda não sabendo o que o documento da Visão Estratégica iria dizer sobre a Cooperação, poderia valer a pena que essa mesma Visão Estratégica estivesse definida antes de se iniciar a revisão do PIC. Como metodologia de trabalho, sugeriu que olhando para a Visão Estratégica para a Cooperação Pós-Bissau, fossem identificadas e consensualizadas prioridades, que seriam remetidas posteriormente ao SECPLP. A DIRCOOP integraria os contributos num documento único, que devolveria posteriormente para aprovação eletrónica da RPFC. Seria ideal ter como resultado do trabalho destes 2 dias um texto que permitisse projetar as prioridades e contribuísse efetivamente para o Grupo de Trabalho da Visão Estratégica. O PFC de Timor-Leste e de Portugal concordaram com o DC.

A Representante de Angola referiu que, sendo a RPFC constituída por representantes mandatados pelas capitais, esta Reunião poderia e deveria levar contributos concretos para a discussão do Grupo de Trabalho Nova Visão Estratégica para a CPLP.

O PFC do Brasil concordou e disse que deveria ser pensado a fundo o que se quer para a Cooperação da CPLP, tendo levantado algumas questões como: qual o papel que devem ter os PFC? Qual a complementaridade entre as competências da Reunião de Pontos Focais de Cooperação e das áreas sectoriais? Os PFC têm atuado na plenitude do seu mandato? Referiu ainda que, aparentemente, a existência da RPFC tem sido colocada à prova e não tem atuado na plenitude do seu mandato. Corroborou a proposta de revisão da Visão Estratégica de Cooperação pós-Bissau, que deverá levar em conta a discussão em curso dos ODS e a sua submissão ao GT Visão Estratégica.

No seguimento da discussão, o DC fez a revisão do Documento *Visão Estratégica de Cooperação pós-Bissau*, refletindo todas as contribuições dos EM com origem nos debates mantidos e submeteu aos Pontos Focais, para recolha de comentários e validação.

Na apresentação do documento, o DC destacou os seguintes pontos:

- Necessidade de articulação das dimensões da Cooperação e Concertação, nos posicionamentos comuns da Organização;
- Necessidade de reforço do diálogo entre órgãos da CPLP;
- Reforço do diálogo com principais parceiros (memorandos entendimento) e os principais desafios da CPLP no acompanhamento das Organizações Internacionais;
- Crescimento da CPLP enquanto ator multilateral;
- Reforço da cooperação baseada na área temática dos Direitos humanos;
- Constrangimentos e Desafios para o Futuro da Cooperação;
- Mecanismo de articulação;
- Meios de financiamento.

Aberto o espaço para debate do documento, a Representante de Angola saudou o esforço feito pelo DC na apresentação de um documento que integrava as preocupações expressadas pelos EM. Sublinhou alguma reserva, anteriormente já referida, em relação ao destaque específico do “4ºPilar” de atuação da CPLP, a Cooperação Económica, recordando que essa temática devia fazer parte do 2º Pilar, o da Cooperação.

A PFC de Moçambique realçou a importância da integração da Sociedade Civil e do Setor Privado na Cooperação. Esta interação não deveria ser *ad hoc*, mas sim uma opção estruturada, devendo o documento fazer uma referência clara à operacionalização dos parceiros. Como desafios, apontou a questão da articulação interna entre a DIRCOOP e a DACLP, propondo que o documento fosse reforçado neste âmbito. Identificou ainda a questão do financiamento e a necessidade do compromisso financeiro ser compatível com a ambição da visão de cooperação. Por fim, sugeriu que se continuasse a reforçar a comunicação e articulação com

outras áreas de ação da CPLP, nomeadamente a relação do Pilar de Cooperação e do Pilar Político, em particular no que se refere à estabilidade dos Estados.

A DG referiu que o 4º pilar da CPLP é um produto da Presidência timorense, pelo que deve ser considerado. Sobre a questão levantada da capacidade de financiamento da Organização, referiu a expectativa de que o crescimento que se observa direcione a CPLP para relações institucionais com novos parceiros, donde se esperam novas fontes de financiamento. Além disso, referiu a existência de projetos e recursos de Observadores Associados que poderiam ser aproveitados, bem como a intervenção de Estados e de instituições terceiras (como a União Europeia, por exemplo).

A PFC de Portugal concordou com Moçambique, no que se refere à importância da relação com a Sociedade Civil e com o Sector Privado e a ligação do Pilar da cooperação com os restantes pilares da CPLP, assim como o reforço da articulação a nível interno (SECPLP). Apontou a necessidade de uma maior participação e iniciativa do SECPLP, a formalização do mecanismo de articulação entre os PFC e as Reuniões Ministeriais, assim como o reforço e a capacitação dos StP. Em relação ao financiamento, apelou a uma maior partilha de responsabilidades em termos financeiros, de forma a garantir uma maior apropriação dos processos.

Os PFC Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe concordaram com a análise feita pelos restantes PFC e sublinharam a necessidade de articulação entre os PFC e as áreas sectoriais.

A Representante de Angola retomou o assunto do “4º pilar” da CPLP e lembrou que, no âmbito das discussões da X CCEG, em Díli, em 2014, se concluiu que a consideração de um 4º Pilar iria retirar “força” ao pilar da Cooperação. A respeito, recordou a Declaração Final da X CCEG da CPLP, que passou a ler: «Registaram com agrado o Programa de Acção da Presidência Timorense, e das linhas que preconiza para os três pilares da CPLP, assim como a prioridade conferida à cooperação económica e empresarial, que privilegia a implementação de projectos empresariais em parceria com a Confederação Empresarial da CPLP, e projectos de cooperação no sector dos hidrocarbonetos; e encorajaram a realização do Fórum Económico Global da CPLP em 2015», entendimento corroborado pela Coordenadora, Ponto Focal de Timor, que interveio a seguir.

Finalmente, a PFC de Timor-Leste sugeriu o acrescento na alínea 4 do ponto 3.2., para que se clarificasse a necessidade de articulação entre a Direção de Cooperação e a Direção de Ação Cultural.

A PFC do Brasil indicou que considerações sobre o documento seriam feitas ulteriormente, após as consultas nacionais pertinentes.

DELIBERAÇÃO N° 2

- As alterações sugeridas serão incorporadas numa nova versão do documento *Cooperação na CPLP - Uma Visão Estratégica pós-2015*;

- Esta versão será circulada para consulta nacional e a sua consensualização constituirá o aporte da Visão da Cooperação ao Grupo de Trabalho sobre a Visão Estratégica.
- Será atualizado o calendário da revisão do PIC para um momento posterior à Visão Estratégica da CPLP.

7. Reforço do PIC na Guiné-Bissau

7.1. Identificação de oportunidades de Cooperação pelos PFC da CPLP

O Representante da Guiné-Bissau referiu as prioridades do seu país naquele momento se prendiam com o reforço de questões sociais, particularmente a Saúde, a Educação e a Alimentação/Nutrição, interpelando os parceiros tradicionais de cooperação para o financiamento de projetos nestas áreas. Declarou ainda que a Guiné-Bissau queria fortalecer relações com Portugal, reativando o protocolo com Portugal no domínio da Saúde, que permitira a evacuação de cerca de 300 doentes por ano, para tratamento médico. Indicou ainda que os projetos a promover deveriam focar-se no reforço/ reciclagem das capacidades de profissionais de saúde, para receberem formação noutros países. Referiu ainda que pretende reforçar os protocolos de cooperação com os restantes países da CPLP com quem já têm (Brasil, Angola e Timor-Leste) e promover novos protocolos, nomeadamente com São Tomé e Príncipe e Moçambique.

O PFC de Portugal agradeceu a exposição do Representante da Guiné-Bissau e considerou muito relevante a partilha, uma vez que se estava a 1 mês da mesa redonda em Bruxelas. Recordou que a cooperação com a Guiné-Bissau não deixou de existir depois de Abril 2012, apenas assumiu um modelo diferente, mais focado na cooperação entre ONGs Portuguesas e Guineenses. Este novo modelo levou a que se tivesse aumentado o nível de apoio. Indicou ainda que, no seguimento de uma recente visita técnica ao terreno, fora elaborado um plano de ação de emergência/ transição para o período entre novembro 2014 e junho de 2015, composto por 2 eixos fundamentais: a segurança interna e o desenvolvimento sustentável, baseado na Saúde e Educação. Esse Plano de ação ascendia a 6,8 milhões de euros e contemplava a contratação de 11 técnicos de saúde e 30 técnicos de educação. Acrescentou que a mesa de doadores estava a ser preparada do lado de Portugal, em articulação com os 28 países da União Europeia. O Plano Estratégico de Cooperação 2015-2018 seria iniciado no ano corrente e seguiria as prioridades da Guiné-Bissau, nomeadamente nos domínios da Saúde, Educação, Justiça e Segurança Interna. Portugal pretendia alavancar os fundos de que dispunha com fundos europeus que estivessem disponíveis para a mesma temática.

O PFC do Brasil referiu que a cooperação brasileira tinha muitos projetos implementados na Guiné-Bissau, quer a nível bilateral como trilateral, em apoio a diversos setores na Guiné

Bissau, entre eles a formação profissional, a educação, a geração de emprego e renda, a inclusão digital e a segurança pública. Apesar de ter estado oficialmente suspensa entre 2012 e 2014, a Cooperação Brasileira manteve o funcionamento de projetos específicos desenvolvidos em parceria com a Sociedade Civil, que já se encontravam em andamento. Mencionou ainda outros projetos, aos quais será dado seguimento, nas seguintes áreas temáticas:

- Agricultura e Agropecuária: projeto em parceria com a EMBRAPA, relacionado ao processamento do pedúnculo do caju;
- Saúde, sobre combate ao VIH-SIDA, que estava a ser implementado com o Ministério da Saúde;
- Formação Profissional - encontra-se em negociação uma extensão do projeto do Centro de Formação Profissional Brasil - Guiné-Bissau, em parceria com o SENAI, por mais 2 anos, para que a gestão pudesse ser transferida para as instituições da Guiné-Bissau;
- Educação, projeto "Jovens lideranças para a Multiplicação de Práticas Socioeducativas na Guiné-Bissau", que prevê o apoio ao ensino integral (formal e não formal) e atividades de capacitação da comunidade local, com enfoque às ações desenvolvidas para as mulheres.. Mencionou ainda, a recente inauguração do Centro Educacional Amizade São Paulo;
- Segurança, o projeto do Centro de Formação das Forças de Segurança em João Landim estava a ser implementado em parceria com a Polícia Federal do Brasil e o UNODC, cujo objetivo é promover a capacitação técnica e a integração das forças policiais do país.

O PFC de Timor-Leste referiu que também era uma prioridade para o país manter a cooperação com a Guiné-Bissau e avançar com uma série de programas de cooperação, na linha do que vinha sendo feito.

A Representante de Angola acrescentou que, apesar de Angola ter suspenso a cooperação que tinha com o governo da Guiné-Bissau, em sequência do golpe de Estado de 12 de Abril de 2012, não fora suspensa a sua relação com o povo guineense.

O PFC da Guiné-Bissau referiu que Portugal era o parceiro tradicional de Cooperação e que estava a ser o principal promotor da mesa redonda de doadores. Da mesma forma, a Guiné-Bissau reconhecia o apoio incansável e a importância da cooperação com o Brasil e Timor-Leste, e referiu a vontade de reativar a cooperação com Angola.

A PFC de Cabo Verde finalizou dizendo que os dois países retomaram recentemente a cooperação bilateral e pretendiam alargá-la. Além disso, Cabo Verde pretende nomear um Embaixador para a Guiné-Bissau e reabrir ligações aéreas e marítimas. Estava prevista ainda uma missão empresarial ao país para que fossem identificadas áreas de cooperação conjuntas.

7.2. Apresentação das iniciativas aprovadas no quadro da Campanha da CPLP – Juntos contra a Fome

O DC começou por recordar que na Cimeira de Díli foram tomadas deliberações de cariz político para se garantir o apoio prioritário à Guiné-Bissau. Dos projetos apurados ao nível da Campanha Juntos Contra a Fome (projetos com pontuação superior a 65 pontos), 8 iniciativas iriam beneficiar a Guiné-Bissau.

O Fundo da Campanha acumula até ao momento cerca de 47.000€, não tendo ainda sido tomada qualquer decisão de financiamento de projetos concretos. Segundo o critério mais objetivo deveria ser seguida a ordem da pontuação dos projetos mas indicou que poderia ser tomada outra opção, designadamente:

- Escolher financiar uma ou duas iniciativas da Guiné-Bissau, mais bem pontuadas;
- Financiar parcialmente 3 ou 4 projetos.

A PFC de Moçambique diz que deveria ser financiado o projeto em Cabo Verde e que o exercício para financiar o projeto na Guiné-Bissau deveria ser feito à parte.

A DG concordou com o financiamento dos projetos segundo a seguinte ordem: em primeiro lugar, o de Cabo Verde e depois o da Guiné-Bissau. No entanto, considerou que poderia ser feito o esforço para o financiamento dos 3 projetos (um em Cabo Verde e dois na Guiné-Bissau).

O DC lembrou que a reafetação dos recursos disponíveis em sede de PIC à Campanha iria comprometer os projetos referidos no ponto 11 da Agenda. Perguntou ainda qual o ponto de situação relativamente aos recursos recolhidos por Cabo Verde e Moçambique, no âmbito da Campanha, pedindo que o mesmo fosse transferido para a Campanha.

O PFC de Moçambique disse que iria fazer esse apuramento e o comunicaria oportunamente.

O PFC de Cabo Verde referiu que o saldo das atividades da campanha lá realizadas rondava, aquela data, os 5.000 €.

O PFC de Portugal considerou que o projeto de Cabo Verde, que teve avaliação de 100% devia ser financiado mas que necessitariam de mais tempo para avaliar o projeto em detalhe. Além disso, consideraram pouco oportuna a utilização dos saldos remanescentes encontrados no exercício do dia anterior.

A PFC do Brasil recomendou que este tipo de questões fosse comunicado com mais antecedência, tendo em conta a necessidade de coordenação nacional prévia para decisões acerca da alocação de recursos financeiros, sobretudo os recursos com reserva de consignação

futura, que congregam somas disponibilizadas pela Coordenação-Geral de CPLP do Itamaraty, especialmente, quando nas reuniões apenas a ABC estivesse representada.

DELIBERAÇÃO N° 3

- O projeto avaliado com 100 pontos e denominado “Projeto de promoção do desenvolvimento da agropecuária familiar sustentável no vale da Ribeira de Vinha” será financiado na sua totalidade com parte do saldo já apurado nas atividades da Campanha. O valor orçamentado para este projeto é de 34.767€.
- O SECPLP informará a entidade executora e fará a revisão técnica e operacional do documento do projeto, juntamente com o júri de avaliação.

8. Pontos de Reflexão

8.1. Reforço da Concertação com a Guiné Equatorial

O DC começou por referir a dificuldade em incorporar a Guiné Equatorial (GE) na dinâmica do trabalho, por falta de identificação de Pontos Focais e pediu apoio para identificação de soluções que facilitassem o diálogo e a interação com aquele Estado Membro.

A PFC Portugal lamentou a ausência da GE na RPFC, revelando que tinham a expectativa de maior compromisso da GE, face ao esforço de adesão à CPLP.

O DC esclareceu que já houve participação da GE em alguns momentos, como a Reunião de Pontos Focais de Governação Eletrónica e já havia confirmação da participação de uma delegação da GE na formação da OIT prevista para a semana de 2 a 6 de Março.

A Coordenadora referiu que haviam encetado vários contactos bilaterais com a GE no âmbito da Presidência, tendo o PFC de São Tomé e Príncipe indicado o mesmo.

A Representante Angola referiu que a ausência da GE na reunião, fora uma oportunidade perdida para este Estado membro dar a conhecer o estado de implementação do seu Plano de Acção.

A PFC Moçambique aventou que a ausência da GE poderia ser interpretada como falta de experiência e conhecimento dos procedimentos da CPLP, e não como uma manifestação de falta de interesse. O PFC da Guiné-Bissau corroborou esta posição, referindo a existência de forte cooperação bilateral, com o seu país na área da construção civil.

A PFC de Cabo Verde apelou ao esforço de aproximação, quer a nível bilateral, quer a nível da CPLP.

A Coordenadora concluiu que, embora todos os EM revelassem algum esforço de inclusão da GE, existia a necessidade fortalecer e aproximar o diálogo com as autoridades da GE.

8.2. Reuniões Ministeriais Setoriais – 2015-2016

Tomando a palavra, o DC apresentou de forma sistemática as reuniões previstas para 2015 e 2016, que se encontram resumidas no Anexo III:

- **Reunião Extraordinária de Ministros dos Assuntos dos Mares** – O DC comunicou a convocação desta RM, apresentando-a como uma iniciativa conjunta do SECPLP e Portugal, aproveitando a oportunidade da Semana Azul em Portugal. Esta reunião estava prevista para o dia 6 de Junho. Em nome da Presidência, a PFC de Timor Leste saudou a iniciativa.
- **I Reunião dos Ministros da Energia**, que resulta de uma iniciativa do SECPLP, em articulação com Presidência de Portugal, e de uma Decisão do Conselho Ministros Extraordinário, de Maputo. Informalmente todos os EM já demonstraram interesse, à exceção da GE. Timor-Leste manifestara a disponibilidade de financiar a participação de algum EM com dificuldades orçamentais.
- **Reunião dos Ministros das Obras Públicas** – os preparativos para a realização desta reunião estão em curso, e as datas serão oportunamente comunicadas.
- **VIII Reunião dos Ministros do Turismo**, a realizar-se no dia 26 de Março de 2015, em Díli.
- **IV Fórum dos Ministros da Administração Interna**, a realizar-se entre 13 e 15 de Abril de 2015, em Díli. A PFC de Timor-Leste indicou que já se encontravam em preparativos para esta reunião, cujo tema central seria a Livre Circulação de Cidadãos no espaço CPLP.
- **Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais**, a realizar-se entre 27 de Abril e 1 de Maio de 2015, onde se previa a assinatura da Convenção Multilateral de Segurança Social da CPLP. A sua assinatura não implicaria a aplicação na prática mas permitiria projetar a organização a nível internacional. Angola e Timor-Leste não deram confirmação formal do seu acordo.
- **II Fórum de Higiene e Saúde no Trabalho**, a realizar-se em Julho de 2015. Timor-Leste afirmara a sua concordância com o acolhimento deste Fórum.
- **Reunião dos Ministros da Defesa**, que se realizará em Maio de 2015, em São Tomé e Príncipe.

- **Reunião dos Ministros da Justiça**, a realizar-se em Julho de 2015, em Díli.
- **Reunião Ministros da Juventude e Desportos**, que decorreria em Julho de 2015, em Maputo.
- **Reunião Extraordinária do CONSAN**, a realizar-se em Novembro ou Dezembro de 2015, em Díli.
- **Reunião preparatória do II Fórum da Sociedade Civil**, que decorreria em Maio de 2015, em Lisboa.
- **II Fórum da Sociedade Civil**, que deveria ter lugar na data do aniversário da CPLP (Julho de 2015).

A Representante de Angola propôs a inclusão da I Reunião Extraordinária de Ministros da Educação, a ter lugar em Díli, em Abril de 2015, ainda sem data definida.

9. Programa Indicativo de Cooperação

9.1. Execução Financeira em 2014

A Direção Administrativa e Financeira (DAF) apresentou a Execução Financeira de 2014 através de uma Apresentação PowerPoint. Começou por distinguir os recursos existentes no Fundo Especial no final de 2013 dos recursos existentes no final de 2014. Para 2014, distinguiu os recursos afetos à cooperação multilateral dos que estavam afetos à cooperação bilateral de cada EM contribuinte, e resumiu as contribuições de cada EM em 2014, bem como o mapa consolidado das contribuições, as receitas e despesas. Indicou ainda que os recursos livres de 2014 ascendiam a 14.075,53€.

A PFC do Brasil agradeceu e realçou os avanços no trabalho da DAF no que se refere à prestação de contas. Sugeriu ainda que essa rotina fosse incorporada trabalhos do SECPLP, para que relatórios detalhados sobre a execução financeira de todos os projetos fossem disponibilizados regularmente. O PFC da Guiné-Bissau concordou e corroborou os elogios.

A Diretora Administrativa e Financeira recordou que esse é um objetivo que vem sendo perseguido desde 2012, quando foram criados novos produtos, a exemplo dos relatórios financeiros bimensais. Desde 2013 o SECPLP conta com “software” específico que permite a parametrização de relatórios, que se encontram em fase de teste com vistas a ter um desenho que contemple as informações requeridas pelos EM’s. Está previsto que esse exercício seja

concluído nos próximos dois meses, sendo que os relatórios detalhados serão partilhados seguindo a mesma disciplina já aplicada aos demais relatórios.

9.2. Quadro de Execução de Projetos e Ações Pontuais do PIC

O DC Apresentou o Quadro de Execução do PIC, conforme o documento partilhado "2014_Dez_QuadExec-PIC", resumindo aspetos relevantes referentes a cada um dos projetos, dos quais se destacam:

Apoio à Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP

As necessidades de desenvolvimento e implementação deste projeto foram identificadas, no seguimento do plano de formação aprovado. Devido a um problema técnico no momento da assinatura, o projeto não chegou a arrancar, estando o SECPLP e a ABC a envidar esforços para ultrapassar a situação. Foi identificada a necessidade de fazer a reprogramação e definir um novo cronograma.

Ainda, com relação à matérias Recursos Hídricos, a PFC do Brasil informou aos Pontos Focais sobre decisão tomada no âmbito do Programa de Capacitação em Recursos Hídricos acerca da criação e atualização de um "link" sobre recursos hídricos no site da CPLP. A Agência Nacional de Águas (ANA) estruturou a primeira versão e disponibilizou senhas de acesso aos parceiros. No entanto, essa iniciativa nunca foi de fato operacionalizada, pelo menos de forma sistemática. De forma a pautar a atuação da ANA, no tocante à continuidade ou não da iniciativa, foi solicitado aos Estados membros que indiquem qual o interesse em retomar este assunto, que contrapartida poderia ser provida, bem como a indicação de quem seriam os pontos focais para esse diálogo.

- **Portal Conexão Lusófona**

A execução financeira está quase concluída e o relatório iria ser disponibilizado em breve. A evolução da página tem sido muito positiva, registando-se um número crescente de utilizadores em pouco espaço de tempo, bem como um conjunto de resultados interessantes.

- **Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP - Fase IV e V**

O projeto encontra-se na fase VI e o âmbito de ação foi alargado, incluindo assim também Timor-Leste. Após ultrapassadas as dificuldades na identificação de instituições, o projeto arrancou com 2 atividades em Timor-Leste. Além disso, após a retoma da cooperação com a Guiné-Bissau, o projeto recomeçou naquele país. Os recursos remanescentes das Fases IV e V permitiam a execução da Fase VI.

- **Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais dos PALOP e Timor-Leste - Fase III**

O Relatório Intermédio desta Fase já se encontrava disponível, conforme explanado no Quadro de Execução. Com o INE, estava ainda a ser explorado um vetor interessante de interligação com as áreas sectoriais, em duas áreas concretas: (1) as estatísticas vitais, ideia que surge no seguimento do projeto de implementação do PECS (financiado pelo Banco Mundial), uma vez identificada essa necessidade pelos países; e (2) a Energia, no sentido de colocar peritos em contacto e a trabalharem juntos, de forma a criar uma base estatística para todos os Estados membros de forma integrada e em articulação com a Agência Mundial de Energia. O DC disponibilizaria informação mais estruturada sobre este assunto oportunamente.

A PFC do Brasil agradeceu a explanação e concordou com a necessidade de se reforçar o trabalho junto aos setores de estatísticas nacionais. Deu o exemplo dos indicadores Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dizendo que as equipas de estatística da ONU enfrentavam reais dificuldades em aceder às estatísticas necessárias sobre os vários sectores. Seria importante garantir que os Estados Membros pudessem cumprir com as exigências derivadas dos acordos internacionais firmados.

O PFC de Portugal confirmou que as estatísticas são uma área crucial para medir os Objetivos pós-2015 e que o Camões, I.P. pretendia continuar a trabalhar com o INE nesse sentido.

- **"Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não-governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP"**

O projeto teve suas atividades iniciadas em novembro de 2014, com missão de prospecção a Maputo, que contou com a presença do Secretário Nacional da Pessoa com Deficiência. A PFC do Brasil agradeceu os esforços do Governo de Moçambique na concretização da missão, que constou de visitas a 15 instituições moçambicanas e possibilitou uma visão geral de como a política para pessoas com deficiência tem sido implementada, sob a coordenação do então Ministério da Mulher e Ação Social (MMAS). Foi transmitida ainda, a expectativa da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República de que as ações de capacitação, decorrentes da missão referida, tenham lugar no período de 23 e 27 de maio de 2015, bem como de que no período de 13 a 21 de junho sejam realizadas as missões de prospecção a Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, sendo que as capacitações seriam realizadas no segundo semestre do corrente ano.

A PFC de Moçambique agradeceu a parceria e ressaltou a importância que o Governo moçambicano confere ao setor, dada a mais valia e os impactos sociais derivados da implementação de políticas voltas às pessoas com deficiência.

De seguida, o DC resumiu as ações pontuais apresentadas no mesmo documento, das quais se destacam:

- **Promoção da Segurança Alimentar nas cidades da CPLP através da Agricultura Sustentável**

Sugeriu a seguinte deliberação: que a Fase II deste projeto incorporasse os recursos remanescentes da Fase I para conclusão de ações da Fase II até à XXXI RPFC. No caso em que as mesmas não sejam concretizadas, propôs que esses recursos fossem nesse momento alocados à Campanha Juntos Contra a Fome.

- **Manuais de arquitetura sustentável para S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste (Fase 2 - Publicação)**

Destacou a muito boa receção às publicações, que incorporam a valorização das técnicas de construção sustentável, inclusive fora do espaço CPLP. Os manuais ainda não estão impressos, mas até Julho este processo deverá estar concluído.

O PFC de Portugal concordou com a realocação de recursos, e sugeriu que o SECPLP, posteriormente, fizesse a indicação deste exercício *a priori*, antes da reunião.

DELIBERAÇÃO Nº 4 DA REUNIÃO

- Retirar do Quadro de Execução das Atividades do PIC os projetos e ações pontuais já finalizados ou que ficaram sem efeito:
 - Pr42/LDA/11 - Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais dos PALOP e Timor-Leste - Fases I
 - PR48/LIS/12 - Apoio aos Estados membros da CPLP na área da Capacitação e Formação em Recursos Hídricos, em complementaridade ao Plano de Formação em matéria de Recursos Hídricos
 - Pr51/MAP/12 - Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais dos PALOP e Timor-Leste - Fases II
 - Pr55/LIS/13 Capacitação aos Países da CPLP conforme estabelecido no Plano de Formação da CPLP em Matéria de Recursos Hídricos, cujo saldo da ordem de Euros 27.097,73 deverá ser transferido para o projeto Pr57/LIS/13
 - Ap36/LDS/11 - Promoção de Segurança Alimentar nas cidades da CPLP através do desenvolvimento da agricultura urbana sustentável
 - Caso os recursos remanescentes da fase I e fase II não sejam utilizados até à XXXI RPFC, serão aplicados no Fundo da Campanha Juntos contra a Fome.
 - Ap36/LDA/11 - Manuais de arquitetura sustentável para S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste (Fase 2 - Publicação)
- Do exercício de realocação de valores remanescentes de Projetos/ Ações Pontuais concluídos feito no decorrer da reunião e do qual resultou o documento constante do Anexo IV, encontrou-se um saldo remanescente de **50.933,30 €**, que deveria ser utilizado para novas ações identificadas em sede de RPFC.

10. Apresentação das Propostas de Atividades

10.1. Intervenções de Alto Impacto: Saúde Comunitária em Quinara (2014-2016)

O PFC de Portugal apresentou o Projeto Intervenções de Alto Impacto: Saúde Comunitária em Quinara (2014-2016), que tem como objetivo garantir o maior acesso e disponibilidade de cuidados de saúde, destacando os seguintes pontos:

- O país beneficiário deste projeto é a Guiné-Bissau, sendo esta uma intervenção alinhada com o seu programa de governo e com documento estratégico de apresentado para a Mesa Redonda de Doadores em Bruxelas;
- O sector de atuação é a Saúde, identificado como área prioritária e o Grupo-alvo são mulheres e crianças e Agentes de Saúde Base. Tem ainda como beneficiários indiretos 16.000 pessoas da região de Quinara;

O Projeto assenta numa parceria entre a ONGD Portuguesa AMI, o Ministério da Saúde da Guiné Bissau (MINSa) e a UNICEF, que, juntamente com a União Europeia está a implementar uma estratégia mais alargada de redução da mortalidade infantil. O montante de financiamento ronda os 120.000 €. Já foi identificada a necessidade de se realizarem alterações ao nível do orçamento mas isto não aumentará o montante definido. Ressaltou ainda que a aprovação deste projeto seria um sinal e resultado inequívoco para a Guiné-Bissau na mesa redonda.

O DC garantiu o apoio da Direção de Cooperação para a revisão do orçamento de projeto que terá inevitavelmente que ser feita e a confirmou que já tinham sido transferidos 200.000 € para fundos consignados por Portugal para cobrir este financiamento.

Os PFC aprovaram o projeto com a categoria de decisão 2.

DELIBERAÇÃO N° 5

- Aprovação do Projeto com a categoria de Decisão 2, salvaguardando um prazo de 30 dias para ser circulado o documento corrigido pelos Pontos Focais;
- Findo esse prazo, o projeto será considerado aprovado sem reservas e poderá iniciar as suas atividades;
- Portugal financiará a atividade até a um máximo de Euros 120.000 €.

10.2. Semana da Juventude da CPLP

A entidade executora (Conselho Nacional de Juventude de Portugal) foi convidada a apresentar a iniciativa, que surgiu após um período de reflexão e ajustamentos internos dos Conselhos Nacionais de Juventude (Fórum Mundial da Juventude, Conferência da Juventude da CPLP, etc). A semana da juventude estava prevista para Maio de 2015, em Bissau, com a duração de 4 dias.

O DC referiu que o tema da Juventude é um tema de futuro da CPLP e que a entidade promotora materializava uma decisão política. Recordou que Timor-Leste havia manifestado interesse em acolher a iniciativa e questionou a entidade executora sobre eventuais contatos mantidos com os Estados Membros.

A Entidade Executora informou que o Primeiro-ministro da Guiné-Bissau se encontrava mobilizado, tendo inclusive assumido o compromisso de acolher esta iniciativa e de assegurar parte do cofinanciamento. Completou, informando ainda que o projeto previa um financiamento misto, dividindo-se entre a CPLP, o Governo da Guiné-Bissau e o Setor Privado.

O PFC do Brasil agradeceu a apresentação e referiu que, apesar do tema da Juventude ser relevante para o Governo brasileiro, não poderia adiantar resposta relativamente à alocação de financiamento e à iniciativa, haja vista que a Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República, cuja então titular presidia o Conselho Nacional de Juventude do Brasil não ter ainda se manifestado. Questionou ainda se tinha havido concertação prévia com CNJ Brasil, tendo a Entidade Executora confirmado o contato.

O PFC de Portugal garantiu que faria consultas internas para decidir sobre a alocação de uma parte do fundo e a Coordenadora informou que iria apresentar uma proposta à VIII Conferência de Ministros Responsáveis pela Juventude e pelo Desporto da CPLP e que consultará a capital, sobre possível cofinanciamento da iniciativa.

O DC propôs categoria de decisão 4 e aprovação de 10.000 € para financiar esta iniciativa. Propôs ainda que os EM procurassem internamente o restante financiamento (20.000€), tendo como calendário um prazo de 3 semanas.

Os PFC aprovaram o projeto com a categoria de decisão 4.

DELIBERAÇÃO N° 6

- Aprovação do Projeto com a categoria de Decisão 4, com aprovação de 10.000 € de financiamento de recursos livres do Fundo Especial.
- Definido o prazo de 3 semanas para consultas internas para avaliação da possibilidade das capitais apoiarem financeiramente o projeto.

10.3. Programa CPLP nas Escolas – 2ª Fase

A Entidade Executora fez um ponto de situação da execução da Fase 1 do projeto. Indicou ainda que existem já muitos professores registados na Plataforma e que a Fase 2 do projeto será importantíssima para consolidar a utilização desta mesma Plataforma.

O DC referiu que a formação dos Pontos Focais realizada na Fase 1 fora administrada a quadros superiores dos ministérios, que revelaram ter pouca disponibilidade para a articulação direta com as escolas e os alunos, dificultando assim a dinamização de atividades na plataforma. As formações nacionais foram dirigidas apenas a professores. Para a Fase II prevê-se incluir um mecanismo para premiar os professores que mais dinamizarem a plataforma. A Fase 2 incluirá ainda a produção de material físico, nomeadamente relacionado com jogos tradicionais dos vários Estados Membros. O potencial de alargamento da utilização da Plataforma é muito significativo, nomeadamente se esta atividade passar a constar dos Currículo dos Estados Membros. Recordou ainda que ainda não fora possível realizar formações em Timor-Leste e Guiné-Bissau. Os representantes dos respetivos países comprometeram-se a identificar um calendário oportuno para a realização das formações.

O valor orçamentado para a Fase 2 é 98.086€ estando já garantidos 35.000 € de Angola. Assim sendo, o valor solicitado ao Fundo Especial é de 63.086 €.

A PFC de Cabo Verde mostrou-se muito satisfeita com a iniciativa, que considerou muito relevante, e considerou que a existência do prémio era muito pertinente, para estimular a utilização da Plataforma.

A Representante de Angola lamentou que não existissem mais contribuições financeiras para este projecto, referindo que se corria o risco de se perder o trabalho anteriormente realizado.

O DC informou que o projeto se manteria até à próxima Reunião de Pontos Focais, por forma a concluir as atividades da I Fase, mas que seria indispensável que até à próxima RPFC fossem encontrados os recursos que possibilitassem o financiamento da II Fase. Propôs a categoria de Decisão 4, de acordo com a proposta de calendário feita pelo Brasil, de 30 dias para consulta interna.

DELIBERAÇÃO Nº 7

- Aprovação do Projeto com a categoria de Decisão 4;
- RPFC aprovou um financiamento de 10.000 € de recursos livres do Fundo Especial para esta atividade.
- Foi dado um prazo de 30 dias para consulta aos PFC sobre disponibilidade de verbas para cofinanciamento da atividade, no valor em falta (63.086€);

10.4. 4ª Bienal da Matemática e Língua Portuguesa (Ação Pontual)

O DC apresentou esta ação pontual, indicando que representava uma parceria entre 3 instituições (Universidade Pedagógica do Bengo; Programa PENSAS; e Osuwela - Associação para a Promoção do Desenvolvimento) e que pretendia ir ao encontro das necessidades que os docentes demonstravam ao nível das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e através da Formação em Ciência.

A Representante de Angola afirmou desconhecer a existência da proposta mas regozijou-se com o facto do Governo da Província do Bengo ter endossado a mesma. A Missão tentará fazer a ponte entre o Governo da Província do Bengo e os proponentes.

DELIBERAÇÃO N° 8

- Aprovação do Projeto com a categoria de Decisão 3, sem alocação de financiamento;
- A Proposta deverá ser revista e reavaliada na próxima RPFC.

10.5. Centro Internacional de Investigação Climática e Aplicações para a CPLP e África (CIICLAA)

O DC apresentou a Proposta de Atividade correspondente à inauguração do CIICLAA, em Cabo Verde. Recordou que no seguimento da Conferência de Chefes de Estado e de Governo, de 2011, fora apresentada uma resolução para a criação deste Centro em Cabo Verde, com a pretensão de ser um Centro de Referência Internacional. O Centro encontrando-se já munido de um Plano de Ação, pretende-se agora proceder à sua inauguração, com uma cerimónia de lançamento. Neste sentido, o DC propõe a categoria de Decisão 1 para esta Ação Pontual.

A PFC de Moçambique questionou a pertinência desta Ação Pontual, nomeadamente se deveriam ser aplicados 15.000€ de recursos do Fundo Especial na organização de um evento que já teve envolvimento político. Considerou ainda que deveria ser dada prioridade a ações com impacto na vida dos povos. Esta posição foi apoiada por todos os outros PFC/ Representantes dos EM.

A PFC de Cabo Verde alertou para o facto do orçamento requerido à RPFC ser referente apenas às passagens aéreas para garantir a representação dos vários países no evento.

Visto ser apenas necessária, de acordo com a prática habitual da organização, a comparticipação dos bilhetes de São Tomé e Príncipe e da Guiné-Bissau, o DC propôs que se aprovasse a Ação Pontual com categoria 2, devendo o orçamento proposto à RPFC ser revisto para um máximo de 2.900 €.

DELIBERAÇÃO N° 9



- Aprovação do Projeto com a categoria de Decisão 2.
- O SECPLP solicitará à entidade executora que reformulasse o orçamento contemplando apenas viagens para São Tomé e Guiné Bissau, o que corresponderia ao valor aproximado de 2.900 €.

No seguimento das discussões referentes ao CIICLAA, a RPFC decidiu retomar o assunto dos Projetos da Campanha a serem financiados na Guiné-Bissau. Neste sentido, tendo ficado decidido que o fundo da campanha financiará o projeto com maior pontuação, o “Projeto de promoção do desenvolvimento da agropecuária familiar sustentável no vale da Ribeira de Vinha”, decidiu-se alocar os recursos remanescentes da Campanha ao financiamento do projeto “*Mulheres pequenas agricultoras nas Bolanhas*”.

DELIBERAÇÃO N° 10

- Utilização do valor dos fundos angariados pela campanha que sobra após financiamento do projeto “Projeto de promoção do desenvolvimento da agropecuária familiar sustentável no vale da Ribeira de Vinha”, previsto na Deliberação n° 4, deverá ser utilizado para financiar parte do projeto “*Mulheres pequenas agricultoras nas Bolanhas*”.
- O valor em falta será colmatado com recursos remanescentes resultantes do exercício de realocação na Deliberação n° 3 da Reunião.

11. Pontos de Informação

11.1. Ano Europeu do Desenvolvimento

A PFC de Portugal apresentou o documento resumo do Ano Europeu do Desenvolvimento, explicando que o mesmo se encontrava alinhado com a Agenda da ONU. A programação estava pensada por temáticas mensais e incluía uma campanha de comunicação. Um dos resultados mais cruciais era a definição da Agenda e a discussão do financiamento para o pós-2015.

11.2. ESAN-CPLP

O DC recordou os compromissos assumidos em sede de Conselho Ministros: a criação da estrutura do CONSAN-CPLP – Conselho da Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP; e uma vez aprovados os mecanismos de coordenação do CONSAN, o SECPLP deveria coordenar com os EM uma rubrica de carácter obrigatório no orçamento do Secretariado para o qual os países deveriam contribuir no longo prazo. Até à data, apenas Portugal, Angola, Moçambique e Brasil, fizeram a transferência das contribuições voluntárias para o

funcionamento do CONSAN— CPLP, no valor total de 170.000€, o que permitia iniciar a execução de parte do Orçamento previsto. Informou que a 1º execução do orçamento se destinava a apoiar o reforço do apoio mecanismo de facilitação da participação da sociedade civil no CONSAN, tal como previsto no Orçamento aprovado.

Durante o ano 2014, Ano Internacional da Agricultura Familiar, deveria destacar-se a reunião do Grupo de Trabalho de Agricultura Familiar, no mês de Maio, no Brasil. No seguimento desta, Timor-Leste informou da contribuição que fará no valor de 400.000 €, destinados a acompanhar o Grupo de Trabalho de Agricultura Familiar e a realização do II CONSAN-CPLP, previsto para o final do ano em Díli.

Um dos consultores do TCP/FAO/CPLP, apresentou brevemente as atividades desenvolvidas pelo projeto de Cooperação Técnica TCP/INT/3406 em 2014 e o Plano de atividades previsto para 2015, de apoio à implementação da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN).

O DC acrescentou que o Plano de Trabalho para este projeto estava em fase de negociação com a FAO Roma, num exercício que apelava à coordenação do SECPLP, com a FAO Roma, a FAO Lisboa, e os escritórios da FAO nos Estados Membros. Indicou ainda que nesta fase estavam a ser envidados esforços para apoiar a constituição dos Conselhos Nacionais da Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe, tendo a CPLP sido desaconselhada pela FAO Roma de agir proactivamente em Moçambique e Angola, no momento presente, desconhecendo-se o motivo desta recomendação. Terminou pedindo aos PFC que, no seu diálogo com Conselhos Nacionais, pudessem sensibilizar os Pontos Focais setoriais e dinamizar o diálogo com gabinetes nacionais da FAO, sobre o projeto em curso, no sentido de se concretizarem os resultados previstos. Destacou ainda a incorporação da dimensão parlamentar, no âmbito do CONSAN e a articulação com estruturas já existentes como a CECPLP, UALP, RIPES e FORAL.

11.3. Campanha de CPLP “Juntos contra a Fome”

O DC apresentou o quadro resumo com os recursos já angariados no âmbito da Campanha e que estavam disponíveis para financiar os projetos. Recordou que caberia ao SECPLP e aos EM a incumbência de desenvolver atividades para gerar recursos e que de acordo com reuniões precedentes do CCP, havia sido decidido que apenas seriam mobilizados esforços para promoção de eventos mediáticos e com capacidade de gerar recursos reais. De momento, estavam a ser trabalhados dois eventos específicos, a serem organizados em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa:

- Corrida JcF, em Lisboa, de modo a garantir um maior retorno financeiro, tendo em conta os recursos investidos;

- Atividades Culturais no Terreiro do Paço (atelier ao vivo, produção de bens culturais e de um mural, gastronomia, teatro, jogos tradicionais, exposição de acervo de arte), com cobertura mediática que pudesse gerar receitas através das chamadas de valor acrescentado.

Além destas, previa-se a realização de outros eventos, como um espetáculo com a participação das Madrinhas e Padrinhos da Campanha, o lançamento de um livro e um Concerto de Fado, que reverteriam também a favor da Campanha.

11.4. II Fórum da Sociedade Civil

Conforme havia sido referido no ponto 8.2, previa-se a realização da Reunião Preparatória do Fórum da Sociedade Civil da CPLP em Lisboa, em Maio de 2015. O DC acrescentou que se pretendia ter uma ampla participação neste Fórum, inclusivamente da Confederação Sindical e do Fórum da Juventude da CPLP, por forma a ir ao encontro das prioridades da organização. Previa-se ainda a realização de uma reunião preparatória ao mais alto nível, para a qual Timor-Leste identificara recursos para apoiar a viagem e estadia de 3 representantes de São Tomé e Príncipe e da Guiné-Bissau.

O PFC do Brasil informou que já teria sido alocado o contributo de 22.000 € para apoiar a realização do Fórum.

11.5. Conferência Energia da CPLP

O DC começou por enquadrar a apresentação da Conferência de Energia, realizada no dia anterior, explicando que se tratou de uma apresentação para a imprensa, e para a qual se esperava uma participação muito menos significativa. Indicou que a Conferência seria precedida por uma Reunião de Ministros detentores da pasta da Energia, aguardando-se a confirmação da presença por parte de São Tomé e Príncipe, da Guiné-Bissau e da Guiné Equatorial.

11.6. Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia Civil dos PALOP: conclusões e recomendações

Após apresentação das conclusões do estudo de avaliação, feito pela entidade externa (empresa Quaternaire) e contratado pelo PFC Portugal, este último realçou as recomendações que visavam garantir a transferência de conhecimento mais alargado. Visavam, ainda, o maior impacto e a garantia de maior apropriação dos beneficiários.

A PFC de Moçambique referiu que acompanha regularmente o desempenho do programa. Mostrou-se surpreendida com alguns resultados da avaliação, nomeadamente com dimensão dos desafios que continuavam por suprir, referindo que tal não seria expectável após tantos anos de cooperação. Questionou, ainda, em que medida é que os resultados apresentados teriam sido partilhados com os laboratórios nacionais e se estes se reviram nesses resultados.

A entidade de avaliação afirmou que os resultados não eram iguais em todos os Estados em que o projeto foi implementado, uma vez que os contextos eram bastante diferentes. Recomendou um reforço do projeto, uma vez que considerava que a capacitação destes laboratórios e a aplicação dos normativos nacionais era uma garantia do estado de direito.

O representante da Guiné Bissau questionou a entidade avaliadora sobre a inclusão das observações que o LNEC num momento anterior à apresentação do mesmo relatório, tendo a entidade garantido a inclusão das mesmas observações nessa apresentação.

A PFC de Moçambique concluiu pelas apresentações anteriores que os Laboratórios Nacionais não se apropriaram ou comentaram as conclusões do relatório.

O DC agradeceu a Portugal pelo estudo de avaliação encomendado, por ser um exercício de avaliação de cooperação e transparência do processo. Realçou a importância e interesse do programa de cooperação não só a nível técnico mas também político e de soberania dos EM.

DELIBERAÇÃO N° 11

- Decisão de enviar o Relatório da Avaliação, elaborado pela empresa Quaternaire, aos Laboratórios de Engenharia, para conhecimento e garantia de maior apropriação dos resultados.

11.7. Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP

Visando a informação integrada aos Pontos Focais da Cooperação sobre os instrumentos sobre os quais a Direção de Ação Cultural e da Língua Portuguesa (DACLP) se encontra a trabalhar, a Dr.^a Arlinda Cabral, Técnica da DACLP, fez uma apresentação sobre as atividades e projetos em curso nos domínios da Cultura, da Educação e do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, com enfoque nas atividades a desenvolver em 2015.

Em traços gerais, a apresentação colocou o enfoque na implementação de ações dos instrumentos estratégicos aprovados pelas Reuniões de Ministros Setoriais que tiveram lugar em 2014, e identificados como prioritários pelas Reuniões Técnicas dos Pontos Focais Setoriais, que tiveram lugar em Novembro de 2014, em articulação com a operacionalização dos instrumentos estratégicos que visavam a promoção e disseminação da Língua Portuguesa.

Foram abordados brevemente os instrumentos de cooperação multilateral em política da Língua Portuguesa, nomeadamente o Plano de Ação de Brasília (2010), que enfatiza a Língua Portuguesa nas Organizações internacionais; Ensino da língua na CPLP e do seu fortalecimento como língua estrangeira, a implementação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, a difusão pública da Língua Portuguesa e a sua promoção junto às diásporas e a participação da sociedade civil na difusão da Língua Portuguesa. Foi igualmente abordado o Plano de Ação de Lisboa (2013), que acrescenta aos dois eixos ao Plano de Ação de Brasília, o da Ciência e inovação e do Empreendedorismo e economia criativa, em articulação com Planos Estratégicos Setoriais.

No que se refere aos instrumentos de cooperação multilateral setorial da DACLP, foram apresentadas as atividades prioritárias identificadas para o 1.º biénio (2014-2016) no setor da ciência, tecnologia e ensino superior e no setor da cultura, tendo sido informado que se encontra em fase de elaboração o Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Educação (2015-2020).

Do Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2014-2020), aprovado na VI Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (Maputo, 2014), foram identificadas várias ações pela Reunião Técnica dos Pontos Focais da Ciência, tecnologia e Ensino Superior, a implementar no biénio 2014-2016.

Em primeiro lugar, destaca-se Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP, que visa promover, fomentar e impulsionar a edificação do «Espaço do Ensino Superior da CPLP» e do «Espaço de Ciência e tecnologia da CPLP», mediante a criação de um portal eletrónico, que incluirá (a) Rede de Investigadores da CPLP (Página eletrónica); (b) Rede de Mulheres Cientistas da CPLP (Página eletrónica); (c) Rede de Informação, Avaliação e Promoção da Qualidade do Ensino Superior no Espaço da CPLP; (d) Repositório Científico da CPLP; (e) Observatório do Ensino Superior da CPLP; (f) Portal de recursos didáticos e pedagógicos da CPLP; (g) Agenda Anual da Ciência e Tecnologia da CPLP; (h) Conferências, cursos e ações de formação com recurso ao ensino à distância; (i) Revista Anual Eletrónica de Investigadores da CPLP; (j) Divulgação de informação relacionada com bolsas de estudos e programas de mobilidade académica e científica; (l) Divulgação de informação relacionada com ofertas de contratação docente e de investigadores; (m) Espaço de comunicação (partilha de documentos) destinado aos Pontos Focais da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP. Este Portal tem um custo de 15.000 euros, sendo que foi enviada Nota Verbal aos Estados membros a solicitar a afetação de recursos para a sua criação.

11.8. Repositório Científico da CPLP/ Portal de Acesso Livre da CPLP

O Repositório Científico da CPLP / Portal de Acesso Aberto da CPLP foi apresentado como segundo instrumento para promover, fomentar e impulsionar a edificação de Espaços do Ensino Superior e de Ciência e Tecnologia da CPLP, através da construção do repositório científico de língua portuguesa e da interligação dos repositórios científicos nacionais existentes, em cumprimento da deliberação n.º 4 da Declaração Final da VI Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP, 15 de Abril de 2014, Maputo. Com o Repositório / Portal será possível: (a) a facilitação do acesso livre aos repositórios científicos dos Estados Membros; (b) o aproveitamento do potencial das TIC ao serviço dos Estados membros da CPLP; (c) a disponibilização de *softwares* livres e acervos bibliográficos do acesso à produção científica; (d) a criação de um repositório único de teses de mestrado e doutoramento da CPLP, mediante a interconexão e a interoperabilidade das plataformas existentes; (e) desenvolver cooperação entre o Repositório Científico da CPLP e outras redes de bases de dados regionais e internacionais (incluindo Redalyc; Scielo; B-On; JStore); (f) promover o acesso da comunidade académica e científica dos Estados membros da CPLP à Plataforma LATES BR e à Plataforma CARLOS CHAGAS BR. Este projeto tem um custo de 34.500 euros, sendo que foi enviada Nota Verbal aos Estados membros a solicitar a afetação de recursos para a sua criação.

11.9. Centro Internacional para a Formação Avançada em Ciências Fundamentais de Cientistas Oriundos de Países de Língua Portuguesa

O Centro UNESCO para a Formação Avançada de Cientistas da CPLP em Ciências Fundamentais visa desenvolver capacidades científicas de alto nível na comunidade da CPLP no domínio das ciências fundamentais, promover a cooperação dos países da CPLP com as comunidades internacionais, promover a transferência de conhecimentos, o reforço das capacidades e a colaboração científica no domínio das ciências fundamentais no espaço da CPLP, a nível regional e internacional. Este projeto é coordenado pelo Ministério da Educação de Portugal, em articulação com a Comissão Nacional de Portugal da UNESCO, sendo que os Estados membros participam do processo de criação do mesmo e são membros por inerência. Este projeto encontra-se em curso, com financiamento inicial de Portugal.

11.10. Projetos apresentados pelo Secretariado Executivo como prioritários na III Reunião Técnica de Pontos Focais da Cultura

Do Plano Estratégico de Cooperação Cultural Multilateral (2014-2020), aprovado na IX Reunião de Ministros da Cultura da CPLP (Díli, 2014), foram referidas as seguintes ações que foram discutidas pela Reunião Técnica dos Pontos Focais da Cultura:

1. Programa CPLP Audiovisual, que visa: (a) promover o estímulo ao intercâmbio cultural na CPLP; (b) a implantação de políticas públicas integradas de fomento à produção e teledifusão de conteúdos audiovisuais na CPLP; (c) a difusão de produção audiovisual da CPLP em escala mundial. Este projeto é coordenado pela Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura do Brasil e pelo Instituto do Cinema e do Audiovisual de Portugal, sendo acompanhado no Secretariado Executivo pela Diretora-Geral e pela Assessoria de Imprensa. As principais linhas de atuação consistem em três programas, o DOCTV II, de apoio à produção de documentários, o FICTV, de apoio à produção de telefilmes, e o Programa «Nossa Língua», que consiste numa faixa de programação implantada nas grelhas das televisões públicas. Este projeto encontra-se em curso, com financiamento do Brasil e de Portugal.
2. Estudo Comparado da Legislação dos Países de Língua Portuguesa sobre Direitos Autorais e Direitos Conexos, que tem como principais objetivos: (a) criar a rede de informação sobre direitos autorais e direitos conexos da CPLP; (b) disponibilizar base de dados de legislação comparada dos direitos autorais na CPLP; (c) criar o Manual de Boas Práticas (normas estruturantes e harmonizadas) no domínio dos direitos de autor e direitos conexos na CPLP; (d) sensibilizar para a importância económica da indústria cultural e economia criativa. As principais atividades deste projeto consistem na identificação de entidades representativas dos titulares de Direitos de Autor e Direitos Conexos dos Estados-membros da CPLP, na elaboração de um estudo de direito comparado em matéria de direitos de autor e direito conexos e na constituição de um grupo de trabalho integrado por especialistas dos Estados membros em direitos autorais e direitos conexos. Este projeto tem um custo de € 40.210, sendo que foi enviada Nota Verbal aos Estados membros a solicitar a afetação de recursos para a sua criação.
3. Seminário sobre Políticas Culturais e Indústrias Criativas da CPLP destinado a Altos Quadros ao Nível Institucional e Estratégico, que tem como objetivos principais: (a) reforçar os laços de amizade e de cooperação multilateral entre os cidadãos dos Estados-membros da CPLP através de estratégias e políticas culturais que promovam o intercâmbio de conhecimento; (b) prover Altos Quadros dos Estados-membros de instrumentos e conhecimento especializado na área da cultura através da formação e capacitação; (c) dotar os Estados membros de profissionais aptos para a coordenação e gestão de políticas na área da cultura. Este projeto permitirá a elaboração de um Programa de Formação do Seminário sobre Políticas Culturais e Indústrias Criativas da CPLP com base nas necessidades de formação indicadas pelos Estados membros e

implicará o contato com parceiros internacionais. Este projeto tem um custo de € 20.000, sendo que foi enviada Nota Verbal aos Estados membros a solicitar a afetação de recursos para a sua criação.

11.11. Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no domínio da Educação da CPLP

No que se refere ao Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Educação (2015-2020), que se encontra em fase de elaboração e discussão, de acordo com o mandato atribuído na VIII Reunião de Ministros da Educação da CPLP (Díli, 2014), foi referido que o mesmo será discutido na I Reunião Extraordinária de Ministros da Educação da CPLP, que terá lugar em Díli, entre 14 e 17 de abril de 2015, e que contempla sete eixos estratégicos: I. Portal da Educação da CPLP; II. Sistema Integrado de Estatísticas da Educação; III. Melhoria da Eficácia e Eficiência dos Sistemas Educativos; IV. Melhoria do Acesso à Educação e Formação; V. Formação de Professores; VI. Ensino Técnico Profissionalizante; VII. Espaço de Educação e Formação; VIII. Tecnologias de Informação e Comunicação ao Serviço do Processo de Ensino-Aprendizagem.

De igual modo, foi indicado que no âmbito da I Reunião Extraordinária de Ministros da Educação da CPLP (Díli, 2015), iria ter lugar o Seminário para discussão do Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Educação da CPLP e o Colóquio «Ensino Técnico Profissionalizante na CPLP», com especialistas dos Estados membros e de outras organizações regionais e internacionais.

O representante da Guiné-Bissau referiu que, no que concerne o Repositório Científico, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas seria a entidade responsável, sendo que, neste momento, era muito importante o apoio na consolidação da sua estrutura.

A PFC do Brasil solicitou que fosse enviado aos Pontos Focais de Cooperação o Plano da Educação, tendo o Secretariado Executivo informado que, de momento, o mesmo ainda se encontra em articulação junto dos Pontos Focais da Educação.

A Representante de Angola solicitou que as comunicações com os Estados-Membros incluíssem sempre as Missões Diplomáticas, de modo a poderem acompanhar o desenvolvimento dos processos.

11.12. Oficina para a implementação do Tratado de Marraquexe nos Estados membros da CPLP

A PFC do Brasil apresentou, por demanda do Ministério da Cultura do Brasil, informações relativas à realização de oficina sobre a implementação do Tratado de Marraquexe (Praia, 15-19/06/2015), procurando sensibilizar os Estados membros para a participação na mesma. O Tratado entrará em vigor em Junho de 2015 e aborda temas pertinentes para a fruição de direitos das pessoas invisuais, incluindo a não discriminação laboral e a promoção e disseminação da produção intelectual. Referiu que, apesar do evento não ser promovido pelo Brasil, seria muito relevante a participação de países da Comunidade, para fomento às condições necessárias para a troca de obras em formato acessível entre organizações dos Estados Membros, bem como destas nações com outros territórios de língua portuguesa. Ao passo que tal Oficina deverá contribuir para maior articulação entre países lusófonos, também atuará como fonte de informação e aprendizagem para outros grupos linguísticos. O DC agradeceu a apresentação e referiu que a iniciativa se insere no Plano de Ação da União dos Cegos da CPLP, pelo que o SECPLP estaria disponível para apoiar.

11.13. Campanha conjunta CPLP-OIT no âmbito da luta contra o Trabalho Infantil

A DIRCOOP referiu que esta seria a quinta edição da Campanha conjunta CPLP-OIT, que iria assinalar os 10 anos da assinatura do Memorando de Entendimento CPLP-OIT. A Campanha seria lançada no dia 12 de Junho e implicaria a tradução e produção de cartazes, panfletos e de um *spot* de divulgação, que deveria ser entregue em mãos a representantes de todos os países aquando da realização da Reunião de Ministros do Trabalho, em Díli. Em Lisboa, seria feita a articulação entre a campanha, o Projeto CPLP nas Escolas e a Câmara Municipal de Lisboa para a realização de um conjunto de atividades, entre as quais se destacam:

- 12 de Junho: A abertura das marchas populares de Lisboa, feita por crianças, e acompanhada de manifestações culturais de Estados da CPLP;
- 20 de Novembro: construção de um catavento humano (utilizando o logo da Campanha).

A DIRCOOP acrescentou que a Ação Pontual não fora submetida por ainda não ter sido finalizada a estimativa de custos de todas as atividades. Recordou ainda que Canal do Trabalho Infantil, associado ao portal da CPLP se mantinha ativo e com informação atualizada.

A Representante de Angola sugeriu que se comunicassem as iniciativas aos Estados Membros com antecedência, para poderem ser replicadas nas capitais. Procurou saber ainda qual o valor dos recursos necessários para a implementação das atividades propostas, questão que na altura o Secretariado Executivo não pode satisfazer.

O PFC de Portugal agradeceu a iniciativa interessante, sugerindo que esta fosse associada às atividades do Ano Europeu para o Desenvolvimento, para que se maximizasse o seu impacto.

11.14. Ponto de situação do Projeto RIPES - Rede de Instituições Públicas de Educação Superior para a Cooperação na CPLP

O Coordenador do RIPES, Professor Edson Borges, começou por contextualizar historicamente a UNILAB: instituição com 4 anos de existência, voltada para a internacionalização, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional. A RIPES é o braço direito da UNILAB, uma vez que é através da RIPES que se desenvolve o trabalho de cooperação organizado rede. Tem sido feito um grande trabalho até à data e pretende fortalecer-se esta cooperação no futuro. Em 2014, a RIPES foi apresentada à comunidade académica, quando da realização de um seminário internacional e da 1ª oficina de planeamento da Rede. Ressaltou ainda, a 1ª reunião técnica internacional de Pontos Focais da RIPES, com representantes de 16 africanas, realizada em dezembro. Foi ainda apresentada a organismos internacionais e tem marcado presença em eventos internacionais, nomeadamente em Macau e Luanda. Referiu ainda que está a ser elaborada uma revista digital, para ser ancorada na futura plataforma digital. Os primeiros dois anos da RIPES serviram para organizar e dar a conhecer a rede, permitindo a inclusão do maior número de parceiros. Os próximos passos seriam a organização de um seminário internacional, onde se discutiria a adesão de novas universidades e instituições de ensino superior, acordos de cooperação com a UNILAB e elaboração de edital para a mobilidade internacional de docentes da RIPES. Ações voltadas para o lançamento de publicação do Estado da Arte da Educação nos EM's, revista digital indexada e plataforma digital também serão priorizadas no corrente exercício. Ademais, para 2015 indicou que estavam planeadas missões a Timor-Leste, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Angola.

Questionado sobre como estava a ser considerada a inclusão da Guiné Equatorial na Rede RIPES, o Professor Edson Borges retorquiu dizendo que seria apresentada uma proposta nesse sentido ao Reitor que tomaria posse em Março e que haverá necessidade de se identificar posteriormente um Ponto Focal nacional para o projeto.

O Embaixador do Brasil realçou ainda a importância do pilar da cooperação e o empenho do Brasil em contribuir para este pilar, quer a nível bilateral, quer a nível multilateral. Como exemplos citou os projetos como a UNILAB e o Programa CPLP Audiovisual. Em sua intervenção, o representante da Missão do Brasil agradeceu os esforços do SECPLP no provimento das prestações de contas e a continua colaboração para o aprimoramento dos relatórios até então disponibilizados. Foi mencionada igualmente a importância do exercício

havido com relação à elaboração do novo PIC, cujo resultado, após exame das instâncias nacionais pertinentes, poderá constituir importante insumo para o GT Visão Estratégica. Ressaltou ainda a importância da apresentação feita por Guiné-Bissau, acerca de suas prioridades em termos de cooperação e da importância conferida ao conceito de “demand-driven”. Por fim, estendeu aos Pontos Focais o convite para a palestra a ser proferida pelo Presidente da FUNAG, que se constitui em um dos principais centros de estudo em Relações Internacionais e de história diplomática do mundo e que conta com um vasto acervo de obras, em língua portuguesa, acessível por meio eletrônico, estratégia devidamente alinhada com o Plano de Ação em Língua Portuguesa da CPLP.

12. Encerramento da XXX RPFC

A Coordenadora da Reunião agradeceu o empenho de todos os Pontos Focais nos 4 dias de reunião.

A PFC do Brasil afirmou que foram dias de muito trabalho mas que valeram a pena. Particularmente, os dias de reflexão haviam sido muito esclarecedores, uma vez que tinham permitido uma troca de pontos de vista muito enriquecedora e que foram avaliados como muito positivos. Com isto, a RPFC ganhava maior consciência do papel que deve ter na organização, pelo que deveria ser considerada um marco.

A PFC de Portugal reiterou o que foi dito pelo Brasil, reconhecendo que apesar do impasse inicial, tinha sido aberto o caminho para uma verdadeira reflexão e a busca de soluções conjuntas. Concordou que a reunião marcava um ponto de viragem da RPFC no sentido de maior envolvimento e apropriação, e agradeceu à Presidência, à Direção de Cooperação e ao SECPLP.

A Representante de Angola também reiterou o que vinha sendo dito, considerando que a XXX RPFC contribuíra para fortalecer a CPLP como um todo. Realçou a forma positiva e construtiva como a aplicação dos poucos recursos disponíveis no Fundo Especial fora feita, marcando o início desta nova etapa para a RPFC.

O Secretário Executivo tomou a palavra, referindo que a CPLP se encontra verdadeiramente num momento de viragem e que a organização deve ser pensada em grande e não em pequenino. O crescimento da CPLP deve-se, em primeiro lugar, à vontade política para que isso aconteça. Exortou a que as Deliberações que saíam da reunião, considerada por todos como muito produtiva, chegassem realmente a quem tem poder de decisão nas capitais, no sentido de consciencializar para o seu crescimento da CPLP e também para a falta de recursos humanos e financeiros. Sublinhou ainda que o que vinha acontecendo é que os Estados

Membros disponibilizam verbas para o Fundo Especial apenas de acordo com o que lhes interessa. A Cooperação deveria ter um lugar de destaque dentro da Organização e deveria ter uma visão interligada com as restantes áreas de ação da CPLP, para que se alinhasse com a visão de futuro pretendida para a CPLP.

A CPLP deveria primar por ser, cada vez mais, uma organização próxima das pessoas, dos cidadãos da Comunidade. Deveria ir ao encontro de quem mais precisa e procurar fazê-lo com mais visibilidade, para que quem beneficia se possa sentir parte da comunidade. Como exemplos citou alguns projetos, como aqueles que foram aprovados para financiamento pela Campanha JcF e o projeto CPLP nas Escolas.

O SE terminou afirmando que, paulatinamente, se estava a conseguir construir uma CPLP com futuro, na qual se desejava que os dirigentes dos Estados Membros pudessem acreditar.

Nada mais havendo a acrescentar, a Coordenadora da XXX RPFC deu os trabalhos por encerrados.

Grelha das Deliberações da XXX RPFC

Ponto da Agenda	Deliberações
3 - Planos Estratégicos de Cooperação Setoriais da CPLP	<p>Deliberação nº 1</p> <ul style="list-style-type: none"> O SECPLP convocará uma reunião conjunta entre os Pontos Focais Setoriais e os Pontos Focais de Cooperação, utilizando recursos identificados no Fundo Especial para esse efeito. Para esse efeito o SECPLP circulará um projeto de orçamento aos PFC relativo ao custo dessa reunião.
6 - Grupo de Trabalho para elaboração do novo PIC	<p>Deliberação nº 2</p> <ul style="list-style-type: none"> As alterações sugeridas serão incorporadas numa nova versão do documento <i>Cooperação na CPLP - Uma Visão Estratégica Pós-2015</i>; Esta versão será circulada para consulta nacional e a sua consensualização constituirá o aporte da Visão da Cooperação ao Grupo de Trabalho sobre a Nova Visão Estratégica. Será atualizado o calendário da revisão do PIC para um momento posterior à Visão Estratégica da CPLP.
7.3 - Apresentação das iniciativas aprovadas no quadro da Campanha da CPLP - Juntos contra a Fome	<p>Deliberação nº 3</p> <ul style="list-style-type: none"> O projeto avaliado com 100 pontos e denominado “Projeto de promoção do desenvolvimento da agropecuária familiar sustentável no vale da Ribeira de Vinha” será financiado na sua totalidade com parte do saldo já apurado nas atividades da Campanha. O valor orçamentado para este projeto é de 34.767€. O SECPLP informará a entidade executora e fará a revisão técnica e operacional do documento do projeto, juntamente com o júri de avaliação.
9.2 - Quadro de Execução de Projetos e Ações Pontuais do PIC	<p>Deliberação nº 4</p> <ul style="list-style-type: none"> Retirar do Quadro de Execução das Atividades do PIC os projetos e ações pontuais já finalizados ou que ficaram sem efeito: Pr42/LDA/11 - Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais dos PALOP e Timor-Leste - Fases I PR48/LIS/12 - Apoio aos Estados membros da CPLP na área da Capacitação e Formação em Recursos Hídricos, em complementaridade ao Plano de Formação em matéria de Recursos Hídricos Pr51/MAP/12 - Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais dos PALOP e Timor-Leste - Fases II Pr55/LIS/13 Capacitação aos Países da CPLP conforme estabelecido no Plano de Formação da CPLP em Matéria de Recursos Hídricos, cujo saldo da ordem de Euros 27.097,73 deverá ser transferido para o projeto Pr57/LIS/13



	<ul style="list-style-type: none">○ Ap36/LDS/11 - Promoção de Segurança Alimentar nas cidades da CPLP através do desenvolvimento da agricultura urbana sustentável<ul style="list-style-type: none">○ Caso os recursos remanescentes da fase I e fase II não sejam utilizados até à XXXI RPF, serão aplicados no Fundo da Campanha Juntos contra a Fome.○ Ap36/LDA/11 - Manuais de arquitetura sustentável para S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste (Fase 2 - Publicação)○ Do exercício de realocação de valores remanescentes de Projetos/ Ações Pontuais concluídos feito no decorrer da reunião e do qual resultou o documento constante do Anexo IV, encontrou-se um saldo remanescente de 50.933,30 €, que deveria ser utilizado para novas ações identificadas em sede de RPF.
10.1 - Intervenções de Alto Impacto: Saúde Comunitária em Quinara (2014-2016)	Deliberação nº 5 <ul style="list-style-type: none">• Aprovação do Projeto com a categoria de Decisão 2, salvaguardando um prazo de 30 dias para ser circulado o documento corrigido pelos Pontos Focais;• Findo esse prazo, o projeto será considerado aprovado sem reservas e poderá iniciar as suas atividades;• Portugal financiará a atividade até a um máximo de Euros 120.000 €.
10.2 - Semana da Juventude da CPLP	Deliberação nº 6 <ul style="list-style-type: none">• Aprovação do Projeto com a categoria de Decisão 4, com aprovação de 10.000 € de financiamento de recursos livres do Fundo Especial.• Definido o prazo de 3 semanas para consultas internas para avaliação da possibilidade das capitais apoiarem financeiramente o projeto.
10.3 - Programa CPLP nas Escolas - 2ª Fase	Deliberação nº 7 <ul style="list-style-type: none">• Aprovação do Projeto com a categoria de Decisão 4;• RPF aprovou um financiamento de 10.000 € de recursos livres do Fundo Especial para esta atividade.• Foi dado um prazo de 30 dias para consulta aos PFC sobre disponibilidade de verbas para cofinanciamento da atividade, no valor em falta (63.086€);
10.4 - 4ª Bienal da Matemática e Língua Portuguesa (Ação Pontual)	Deliberação nº 8 <ul style="list-style-type: none">• Aprovação do Projeto com a categoria de Decisão 3, sem alocação de financiamento;• A Proposta deverá ser revista e reavaliada na próxima RPF.



CPLP

Comunidade dos Países
de Língua Portuguesa

<p>10.5 - Centro Internacional de Investigação Climática e Aplicações para a CPLP e África (CIICLAA)</p>	<p>Deliberação nº 9</p> <ul style="list-style-type: none">• Aprovação do Projeto com a categoria de Decisão 2.• O SECPLP solicitará à entidade executora que reformulasse o orçamento contemplando apenas viagens para São Tomé e Guiné Bissau, o que corresponderia ao valor aproximado de 2.900 €. <p>Deliberação nº 10</p> <ul style="list-style-type: none">• Utilização do valor dos fundos angariados pela campanha que sobra após financiamento do projeto “Projeto de promoção do desenvolvimento da agropecuária familiar sustentável no vale da Ribeira de Vinha”, previsto na Deliberação nº 4, deverá ser utilizado para financiar parte do projeto “<i>Mulheres pequenas agricultoras nas Bolanhas</i>”.• O valor em falta será colmatado com recursos remanescentes resultantes do exercício de realocação na Deliberação nº 3 da Reunião.
<p>11.6 - Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia Civil dos PALOP: conclusões e recomendações</p>	<p>Deliberação nº 11</p> <ul style="list-style-type: none">• Decisão de enviar o Relatório da Avaliação, elaborado pela empresa Quaternaire, aos Laboratórios de Engenharia, para conhecimento e garantia de maior apropriação dos resultados

Anexo I

XXX REUNIÃO ORDINÁRIA DE PONTOS FOCAIS DE COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP

Lisboa, 23 a 26 de Fevereiro de 2015

LISTA DE PARTICIPANTES

- **ANGOLA**
 - Ministra Conselheira Teresa Victória Pereira, Missão Permanente de Angola junto da CPLP;
 - Dra. Cristina Abril, Missão Permanente de Angola junto da CPLP;
 - Dra. Sofia Cochat-Osório, Missão Permanente de Angola junto da CPLP;

- **BRASIL**
 - Dra. Alessandra Ambrosio, Gerente de Programas de Cooperação Multilateral da ABC/Ministério da Relações Exteriores; e Ponto Focal de Cooperação;
 - Secretário Pedro Augusto Veloso, Missão do Brasil junto à CPLP;

- **CABO VERDE**
 - Dra. Gracinda Fortes, *Desk-officer* na Direção Nacional dos Assuntos Políticos e de Cooperação e Ponto Focal de Cooperação da CPLP;
 - Elias Andrade, Conselheiro da Embaixada de Cabo Verde em Portugal;

- **GUINÉ-BISSAU**
 - Bacar Sanhá, 2º Secretário da Embaixada da Guiné-Bissau em Portugal;

- **MOÇAMBIQUE**
 - Dra. Albertina Mac Donald, Diretora para as Organizações Internacionais e Conferências (DOIC) no MINEC e Ponto Focal de Cooperação;
 - Miguel Tungadza, MINEC da República de Moçambique;
 - Conselheiro Dionísio Macule, Embaixada da República de Moçambique em Portugal;

- **PORTUGAL**
 - Dra. Ana Paula Laborinho, Presidente Camões-Instituto da Cooperação e da Língua;
 - Dr. Gonçalo Marques, Vice-Presidente Camões-Instituto da Cooperação e da Língua;
 - Dra. Paula Lopes, Camões-Instituto da Cooperação e da Língua;
 - Dra. Eduarda Silva, Camões-Instituto da Cooperação e da Língua;

- **SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

- Dr. Nilson Lima, Ponto Focal de Cooperação da CPLP do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades; e Ponto Focal de Cooperação;
- Dr. Olimpia Tavares, Embaixada da República Democrática de São Tomé e Príncipe, em Lisboa;

- **TIMOR-LESTE**

- Dra. Lúcia Martins, PFC da CPLP, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;
- Dr. Natalino Castro, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;

SECPLP

- Dra. Georgina de Melo, Diretora Geral;
- Dr. Manuel Clarote Lapão, Diretor da Cooperação;
- Dra. Cristina Sousa, Coordenadora do Departamento Administrativo e Financeiro;
- Dr. Carlos Gonçalves, Técnico da Direção de Cooperação
- Eng. Clara Justino, Técnica da Direção de Cooperação
- Dr. Philip Baverstock, Técnico da Direção de Cooperação
- Dra. Ana Barbosa de Melo, Técnica da Direção de Cooperação
- Dra. Sandra Pires, Técnica da Direção de Cooperação
- Dra. Arlinda Cabral, PhD, Técnica da Direção da Ação Cultural e da Língua Portuguesa

Anexo II - Agenda

XXX REUNIÃO ORDINÁRIA DE PONTOS FOCAIS DE COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP

Lisboa, 23 e 26 de Fevereiro de 2015

AGENDA FINAL

- 1. Sessão de Abertura**
- 2. Aprovação da Agenda de trabalho**
- 3. Planos Estratégicos de Cooperação Sectorial da CPLP**
- 4. Reforço do Pilar Cooperação**
- 5. Apresentação das posições nacionais sobre a agenda pós-2015**
- 6. Grupo de Trabalho para elaboração do novo PIC**

- 7. Reforço do PIC na Guiné-Bissau**
 - 7.1. Identificação de oportunidades de Cooperação pelos PFC da CPLP
 - 7.2. Apresentação das iniciativas aprovadas no quadro da Campanha da CPLP - Juntos contra a Fome

- 8. Pontos de Reflexão**
 - 8.1. Reforço da Concertação com a Guiné Equatorial
 - 8.2. Reuniões Ministeriais Setoriais - 2015-2016

- 9. Programa Indicativo de Cooperação**
 - 9.1. Execução Financeira em 2014
 - 9.2. Quadro de Execução de Projetos e Ações Pontuais do PIC

10. Apresentação das Propostas de Atividades

- 10.1. Intervenções de Alto Impacto: Saúde Comunitária em Quinara (2014-2016)
- 10.2. Semana da Juventude da CPLP
- 10.3. Programa CPLP nas Escolas - 2ª Fase
- 10.4. 4ª Bienal da Matemática e Língua Portuguesa (Ação Pontual)
- 10.5. Centro Internacional de Investigação Climática e Aplicações para a CPLP e África (CIICLAA)

11. Pontos de Informação

- 11.1. Ano Europeu do Desenvolvimento
- 11.2. ESAN-CPLP
- 11.3. Campanha de CPLP “Juntos contra a Fome”
- 11.4. II Fórum da Sociedade Civil
- 11.5. Conferência Energia da CPLP
- 11.6. Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia Civil dos PALOP: conclusões e recomendações
- 11.7. Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia de CPLP
- 11.8. Repositório Científico da CPLP/ Portal de Acesso Livre da CPLP
- 11.9. Centro Internacional para a Formação Avançada em Ciências Fundamentais de Cientistas Oriundos de Países de Língua Portuguesa
- 11.10. Projetos apresentados pelo Secretariado Executivo como prioritários na III Reunião Técnica de Pontos Focais da Cultura
- 11.11. Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no domínio da Educação da CPLP
- 11.12. Oficina para a implementação do Tratado de Marraquexe nos Estados membros da CPLP
- 11.13. Campanha conjunta CPLP-OIT no âmbito da luta contra o Trabalho Infantil
- 11.14. Ponto de situação do Projeto RIPES - Rede de Instituições Públicas de Educação Superior para a Cooperação na CPLP

12. Encerramento da XXX RPFC



Anexo III

PREVISÃO CALENDÁRIO REUNIÕES MINISTERIAIS SETORIAIS E OUTRAS REUNIÕES CPLP SETEMBRO 2014 - JULHO 2016

	Local	Data
A) MINISTERIAIS A REALIZAR EM 2015		
VIII Reunião de Ministros do Turismo	Díli	23-26 Março 2015 (PF 25/3 e RM 26/3)
IV Fórum de Ministros da Administração interna	Díli	13-15 Abril 2015
XIII Reunião dos Ministros do trabalho e Assuntos Sociais	Díli	27 Abril -1 Maio 2015 (PF 30/4 e RM 1/5)
XVI Reunião dos Ministros da Defesa	S. Tomé	26/27 Maio 2015
II Reunião Extraordinária dos Ministros dos Assuntos do Mar	Lisboa	6 Junho 2015
I Reunião dos ministros da Energia	Cascais	22-23 Junho 2015
XIV Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa	(a definir)	Maio 2015
VIII Reunião de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP	Maputo	Julho 2015
B) MINISTERIAIS A REALIZAR EM 2016		
IV Reunião dos Ministros da Saúde	(a definir)	Fevereiro 2016
IV Reunião dos Ministros Responsáveis pela Igualdade de Género e Empoderamento da Mulher	(a definir)	Fevereiro 2016
IV Reunião dos Ministros das Finanças	(a definir)	Fevereiro 2016
X Reunião dos Ministros da Cultura	(a definir)	Abril 2016
VII Reunião dos Ministros do Ambiente	(a definir)	Abril 2016
VII Reunião dos Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP	(a definir)	Abril 2016
IX Reunião dos Ministros das Obras Públicas	(a definir)	Abril 2016
C) MINISTERIAIS A REALIZAR LOGO QUE POSSÍVEL		
VI Reunião dos ministros da Agricultura da CPLP	(a definir)	(a definir)
III Reunião dos Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP	(a definir)	(a definir)
I Reunião dos Ministros das Obras Públicas	(a definir)	(a definir)
D) Outras Reuniões - 2015 e 2016		
IX Reunião dos Observadores Consultivos da CPLP	Lisboa	11 Maio 2015
Reunião preparatória do II Fórum da Sociedade Civil da CPLP	Lisboa	12-14 Maio 2015
Reunião Extraordinária do CONSAN-CPLP	Díli	Nov/Dez 2015
II Fórum da Sociedade Civil da CPLP	Díli	Julho 2015
Reunião do Fórum da Juventude da CPLP	Díli/Bissau	2º Semestre 2015
Fórum Empresarial da CPLP	Díli	Julho 2015



CPLP
Comunidade dos Países
de Língua Portuguesa

XII Encontro de Procuradores-Gerais da CPLP	Díli	2º Semestre 2015
II Reunião das Instituições Nacionais de Direitos Humanos da CPLP	Díli	2º Semestre 2015
Capital da Cultura	Díli	Abril 2016
Feira do Livro da CPLP	Díli	Abril 2016



Anexo IV – Alocação de Recursos Remanescentes (PIC)

ANEXO
FUNDO ESPECIAL DA CPLP
QUADRO DE EXECUÇÃO - 2014

PROJETOS E AÇÕES PONTUAIS	RECURSOS DISPONÍVEIS 31-12-2014	DELIBERAÇÕES XXX REUNIÃO PFC, 24/02/2015		
		AFETAÇÃO (+)	TRANSFERÊNCIA (-)	RECURSOS DISPONÍVEIS
A. PLANO INDICATIVO DE COOPERAÇÃO	1.799.889,69	179.145,40	179.145,40	1.799.889,69
PROJETOS	1.667.141,03	119.889,10	159.832,55	1.627.197,58
Educação Ambiental na CPLP no Marco da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (Salas Verdes)	77.059,23		77.059,23	0,00
Projeto "Cartilha de Leitura Escolar"	33.407,70		33.407,70	0,00
Reforço de Capacidades em Matéria de Avaliação de Impacte Ambiental e Avaliação Ambiental Estratégica dos serviços públicos nos PALOP e em Timor-Leste	8.106,87		8.106,87	0,00
Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP - III Fase	9.887,82		9.887,82	0,00
Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Artesanato em São Tomé e Príncipe - Fases II e III	987,07	82.903,55		83.890,62
Programa de capacitação dos sistemas estatísticos nacionais dos PALOP e Timor Leste - Fase I	22.048,24			22.048,24
Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP - Fase IV	0,00			0,00
Meninos de Rua: inclusão e inserção - Fase II	0,00			0,00
Promoção da Segurança Alimentar nas cidades da CPLP através da agricultura sustentável	4.273,20		4.273,20	0,00
Base de Dados Jurídica da CPLP - Fase IV (Legis -CPLP - Fase IV)	4.234,66			4.234,66
Programa CPLP nas Escolas	47.523,43			47.523,43
Capacitação aos países da CPLP conforme estabelecido no Plano de Formação da CPLP em Matéria de Recursos Hídricos	27.097,73		27.097,73	0,00
Projeto Capoeira: Formação técnica-profissional e cidadania	223.131,63			223.131,63
Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP - Fase V	0,00			0,00
Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais dos PALOP e Timor Leste - Fase 2	6.152,96			6.152,96
Projeto "Redes de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES) para a Cooperação na CPLP	529.722,85			529.722,85
Base de Dados Jurídica da CPLP - Fase IV Prolongamento	0,00			0,00
Meninos de Rua: inclusão e inserção - Fase III	1.356,48			1.356,48
Apoio à Gestão e ao Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países de Língua Portuguesa	397.157,19	27.097,73		424.254,92
Fortalecimento da Capacidade política e Institucional de Agentes Governamentais e Não Governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP	174.490,77			174.490,77
Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP - Fase VI	93.503,20	9.887,82		103.391,02
Portal Conexão Lusófona	7.000,00			7.000,00
AÇÕES PONTUAIS	80.665,78	8.323,00	19.312,85	69.675,93
Monitoramento dos Projetos Apoiados pelo Brasil no âmbito da CPLP	19.143,13			19.143,13
Convenção CITES	1.680,73		1.680,73	0,00
ODM Campus Challenge - Ativar jovens universitários da CPLP pelos ODM	2.438,00		2.438,00	0,00
Apoio ao Centro de Informação e Proteção Social da CPLP - CIPS	24.202,62			24.202,62
Tráfico de Seres Humanos para a CPLP (Observatório de Tráfico de Seres Humanos)	862,08			862,08
Participação da CPLP na Conferência das Nações Unidas de Desenvolvimento Sustentável - RIO+20	5.844,32		5.844,32	0,00
Reforço Visibilidade da Cooperação na CPLP (aquisição de instrumentos de Comunicação audiovisual)	4.049,80		4.049,80	0,00
V Escola de Líderes da CPLP	5.300,00		5.300,00	0,00
Promoção da Segurança Alimentar nas cidades da CPLP através do desenvolvimento da agricultura urbana sustentável - FASE II	2.036,38	4.273,20		6.309,58
Manuais de Arquitetura Sustentável para S.Tomé e Príncipe e Timor-Leste (Fase 2) Publicação	4.971,15			4.971,15
Reforço da Capacidade de comunicação audiovisual da CPLP	10.137,59	4.049,80		14.187,39
IDENTIFICAÇÃO E MONITORIZAÇÃO	52.082,88	50.933,30	0,00	103.016,18
Projectos a identificar pelo Secretariado Executivo da CPLP em parceria com o PFC nos próximos dois anos	0,00	50.933,30		50.933,30
Avaliação/ Monitorização de Projetos	52.082,88			52.082,88